



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

SHIRLEY SILVA DE LIMA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DE UMA ONG EM NATAL/RN**

NATAL/RN

2014.1

SHIRLEY SILVA DE LIMA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DE UMA ONG EM NATAL/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientadora: Prof.^a Ms. Mônica Maria Calixto

NATAL/RN

2014.1

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN/Biblioteca Setorial do CCSA

Lima, Shirley Silva de.

Desafios e possibilidades do exercício profissional do assistente social no âmbito de uma ONG em Natal/RN / Shirley Silva de Lima. - Natal, RN, 2014.

97f.

Orientadora: Profa. Ma. Mônica Maria Calixto.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço social.

1. Serviço social – Monografia. 2. Assistente social – Monografia. 3. Atividade profissional – Monografia. 4. Organização não governamental – Monografia. I. Oliveira, Íris Maria de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364.4:061.2

SHIRLEY SILVA DE LIMA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DE UMA ONG EM NATAL/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final para a obtenção do título
de bacharel em Serviço Social pela
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Monografia aprovada em: ____/____/2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. Mônica Maria Calixto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Orientadora)

Flávia Silva de Azevedo
Assistente Social – ADOTE
CRESS: 1854
(Membro Externo)

Prof. Msc. Fernando Gomes Teixeira – UFRN
(Membro Titular)

“Não há na história, na vida social, nada de fixo, de enrijecido, de definitivo. E não existirá nunca. Novas verdades aumentam o patrimônio da sabedoria; necessidades novas superiores são suscitadas pelas novas condições de vida; novas curiosidades intelectuais e morais pressionam o espírito e o obrigam a renovar-se, a melhorar”.

A. Gramsci

AGRADECIMENTOS

Como toda caminhada, trilhada e vivenciada por conquistas, alegrias e dificuldades, não é possível se concretizar sem a colaboração de outros sujeitos. Por isso, este processo de construção teórico-metodológica e amadurecimento pessoal e profissional só foi possível diante da contribuição de pessoas importantes e especiais que, cada uma a seu modo e dentro das suas possibilidades, permitiu a concretização deste projeto. Assim, considero imprescindível agradecer neste momento.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, sabedoria suprema a quem devo a minha existência, a ti Senhor o meu muito obrigada por tudo, por me fazer chegar até aqui. Obrigada por ter me concedido a oportunidade de passar quatro anos da minha vida na UFRN, por ter conhecido pessoas maravilhosas que vou levar para o resto da minha, por ter escolhido o curso de Serviço Social, sem dúvida a escolha certa. Em fim, valeu apenas cada noite não dormida, leituras de textos exaustivas, artigos, projetos, extensão e provas de tirar o fôlego, todos os sacrifícios foram válidos.

Em segundo lugar, as minhas amigas queridas que sempre me apoiaram, Edkarla e Lik, pela compreensão, carinho e encorajamento.

Ao meu companheiro, amigo e amor da minha vida, Edson. Te agradeço por toda sua paciência, pelo seu amor e pela sua compreensão.

As colegas e companheiras da turma 2010.2 do curso de Serviço Social da UFRN, em especial Cibeli, Isabelli, Kely, Jane, Mércia, Juliane, Lizete e Gildeni por dividir suas dúvidas, angústias, compartilhando ensinamentos, pelos momentos de alegria e descontração.

Quero agradecer, particularmente, à Pro.^a Ms. Mônica Maria Calixto, minha orientadora, por seus ensinamentos, disponibilidade, paciência e contribuições valiosas para o desenvolvimento desse estudo.

Agradeço especialmente a Prof.^a Dr.^a Íris Maria de Oliveira, minha tutora na extensão, por ter me acompanhado durante toda a minha estada no curso, na UFRN, pelos ensinamentos.

Agradeço as duas assistentes sociais que me receberam de braços abertos e colaboraram diretamente com a realização deste estudo, concedendo pacientemente as entrevistas.

RESUMO

O presente estudo trata do exercício profissional do (a) assistente social no âmbito de uma ONG, no município de Natal/RN, no que se refere aos desafios e as possibilidades do exercício profissional nesse espaço sócio ocupacional, diante da conjuntura de reestruturação do capital. O conjunto de transformações sócio-históricas, resultado da dinâmica capitalista pós-1970, engendra um processo de novas configurações na relação Estado e sociedade as quais interferem diretamente no tratamento da questão social na atualidade. Nesse contexto, as ONGs, assumem função social estratégica no enfrentamento da questão social, contribuindo para o deslocamento das responsabilidades com o social, da órbita do Estado para o chamado terceiro setor. Esse movimento societário desencadeia mudanças para o Serviço Social, uma vez que é uma das profissões que atuam nas expressões imediatas da questão social. A partir de uma pesquisa qualitativa fundamentada numa perspectiva teórico-metodológica crítica e dialética associada a vivência experimentada no estágio curricular obrigatório, foi possível desvendar alguns desafios e possibilidades do exercício profissional do (a) assistente social em uma ONG. Sinteticamente, os resultados da pesquisa indicaram que: os desafios estão relacionados à grande demanda que chega à instituição e a limitação de recursos; e as possibilidades estão relacionadas às estratégias profissionais em respostas as necessidades sociais dos usuários. As profissionais entrevistadas apresentam conhecimento sobre as legislações que pautam o trabalho dos (as) assistentes sociais, o que favorece a visibilidade do exercício profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. ONG. Exercício Profissional. Desafios. Possibilidades.

ABSTRACT

The present study is about the professional exercise of the Social Worker within the framework of a ONG, in Natal city, state of Rio Grande do Norte, referring to the challenges and opportunities of the professional practice in occupational social, in front of the capital restructuration circumstances. The group of socio-historical transformations, as a result of the after-1970 dynamic capitalism, conducts a process of new configurations in the relationship between State and society that directly affect the social question nowadays. In this context, the ONGs assume a strategic social function of the social question, contributing with the change of responsibilities with the social from the State to the third sector. This social movement causes changes to the Social Work since this is one of the professions that act on the immediate expressions of the social question. After a qualitative research based on a theoretical-methodological critical and dialectical perspective associated the experience experienced in the curricular internship mandatory, it was possible to unravel some challenges and possibilities of professional exercise (a) social worker in an ONG. Synthetically, the survey results indicated who: the challenges are related the great demand that arrives at the institution and the limitation of resources; and the possibilities are related to professional strategies in response the social needs of the users. The interviewed professionals present knowledge about the legislation that guide the work of (the) social workers, what favors the visibility of professional exercise.

Key-words: Social Work. ONG. Professional Exercise. Challenges. Possibilities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Perfil dos usuários da ADOTE (%).....	59
Gráfico1 – População com deficiência, segundo o tipo de deficiência – Brasil (%).....	60
Tabela 2 – A deficiência é maior entre as mulheres.....	60
Tabela 3 – Proporção da População com pelo menos uma das deficiências investigadas por Regiões do Brasil – 2010.....	61
Tabela 4 - Distribuição quanto aos tipos de deficiência atendida na ADOTE (%).....	61

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ADOTE – Associação de Orientação aos Deficientes

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AVDS – Atividade da Vida Diária

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CCQ – Círculos de Controle de Qualidade

CRI – Centro de Reabilitação Infantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MST – Movimento dos Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNIPD – Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência

PPD – Programa de apoio à Pessoa com Deficiência

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SEMTAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Natal

STTU – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito Urbano

SUS – Sistema Único de Saúde

SUVAG – Sistema Universal Verbotonal de Audição Guberina

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE.....	16
2.1 DA CRISE CAPITALISTA A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR.....	17
2.2 TERCEIRO SETOR E ONGS: O SEU PAPEL POLÍTICO DESEMPENHADO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO.....	26
2.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: AS REFORMAS NEOLIBERAIS EFETIVADAS NO CAMPO SOCIAL.....	39
3 O SERVIÇO SOCIAL E AS CONTRADIÇÕES QUE PERMEIAM O ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DAS ONGs.....	44
3.1 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO.....	44
3.2 O TERCEIRO SETOR ENQUANTO EMPREGADOR DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.....	49
4 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO AOS DEFICIENTES – ADOTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....	53
4.1 CONHECENDO A ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO AOS DEFICIENTES – ADOTE.....	53
4.2 QUEM SÃO OS USUÁRIOS ATENDIDOS PELA ASSOCIAÇÃO.....	58
4.3 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO: ATIVIDADES, DEMANDAS, CONDIÇÕES DE TRABALHO, RELAÇÃO COM OS USUÁRIOS, RELAÇÃO COM OUTROS PROFISSIONAIS E A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO FRENTE AO COTIDIANO PROFISSIONAL.....	63
4.4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA ADOTE.....	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICES.....	91

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura mundial pós-1970, conduzida pelo projeto neoliberal, redimensiona-se a partir de um conjunto de alterações ocorridas nas sociedades capitalistas, as quais resultam da necessidade do capital de reestruturar-se nas esferas da produção e da reprodução social. Com o objetivo central de garantir os padrões de acumulação e manutenção da hegemonia, com adesão e consentimento de setores e/ou segmentos da classe trabalhadora, o capital reorganiza relações e funções sociais para o Estado, a sociedade civil e o mercado, redefinindo as dimensões política, econômica e ideológica da vida social. Por ser uma das profissões que intervém no processo de reprodução social, por meio de uma atuação direta nas expressões da questão social, o Serviço Social vivencia, no seu cotidiano profissional, alterações significativas que constituem e reconstituem desafios e possibilidades objetivas de trabalho.

O cenário contemporâneo de transformações sócio-históricas atravessa o exercício profissional nas Organizações Não Governamentais, bem como estabelece um conjunto de determinações nessas organizações que as situam na lógica da participação da sociedade civil que perpassa o terceiro setor. Pode-se afirmar que o contexto neoliberal estimula e, sobretudo, promove uma tendência dominante de deslocamento do trato com a questão social do Estado para o terceiro setor, o que fortalece ações pontuais e descontínuas e conduz a exigências de competência, criatividade, dinamismo e flexibilidade na intervenção de profissionais como (o) assistente social¹.

Dessa forma, situa-se a questão norteadora deste estudo: quais desafios e possibilidades do exercício profissional do assistente social nas ONGs, na atualidade? O pressuposto da investigação é que as novas configurações da relação Estado e sociedade, considerando a luta de classes na contemporaneidade, engendram tanto contradições e desafios quanto, também, possibilidades no exercício profissional do (a) assistente social, particularmente no âmbito das ONGs, que podem legitimar/reforçar as requisições atuais do capital ou podem, a partir de um conjunto de mediações, contribuir para a apreensão das determinações e fazer a crítica a essas requisições.

O interesse pela temática Serviço Social e ONGs se deu após a inserção no estágio curricular obrigatório realizado em 2013 na Associação de Orientação aos deficientes – ADOTE, a qual está localizada na zona Oeste da Cidade de Natal/RN. A Associação tem seu

¹ Segundo pesquisa do perfil profissional (CFESS, 2005, p. 26), identifica-se uma tendência de crescimento da contratação de assistentes sociais nas instituições do terceiro setor: “[...] o terceiro setor aparece em 5º lugar como instituição empregadora em quase todas as regiões do país, [...]; nas Regiões Sul e Centro-Oeste esta natureza institucional tem a mesma frequência que as instituições públicas federais, ocupando a quarta posição”.

trabalho voltado para a valorização da pessoa com deficiência e com distúrbios de comportamentos e aprendizagem, promovendo a assistência integral através de atendimentos nas áreas de saúde, educação, reabilitação, esporte, cultura, lazer e trabalho.

Diante da experiência do estágio e de leituras sobre a temática, alguns questionamentos causavam inquietação: as condições de trabalho neste espaço institucional favorece a materialização dos princípios e valores do Projeto ético-político da profissão? Quais desafios e possibilidades conseguem identificar no cotidiano de trabalho nessa instituição? Quais atividades são desenvolvidas pelos (as) assistentes sociais nesse espaço ocupacional chamado ONG? Quem são os usuários atendidos neste espaço? O que é demandado para este (a) profissional nessa instituição, diante do contexto de reestruturação do capital? Como respondem as demandas profissionais?

É desse conjunto de questionamentos que surge o cerne de preocupação do presente estudo monográfico: o exercício profissional do assistente social no âmbito de uma ONG em Natal/RN, no concerne aos desafios e as possibilidades da atuação profissional nesse espaço sócio ocupacional.

Entende-se que a profissão de serviço social é fruto da dinâmica da sociedade capitalista, sendo imbricada pelas contradições e transformações sócio-históricas da atualidade. Por isso, a necessidade de compreender a sociabilidade do capital na sua totalidade, verificando as mediações que reconstituem suas relações sociais e materiais e os desdobramentos para a profissão.

Nesse momento sócio-histórico de prevalência política, econômica e ideológica da racionalidade do capital, a relevância social deste estudo se manifesta na possibilidade de construir indicações de análise sobre o exercício profissional do (a) assistente social nas ONGs, considerando: as determinações societárias que incidem na relação Estado e sociedade, na dinâmica institucional, nos projetos institucionais, nas condições de trabalho e nas demandas para a profissão de Serviço Social; as contradições na relação capital-trabalho que possibilitam ou não o fortalecimento do projeto ético-político profissional; e os desafios e as possibilidades que são postos a atuação profissional do (a) assistente social nesse espaço. As reflexões sobre o exercício profissional na ADOTE podem ainda contribuir para a intervenção dos (as) assistentes sociais nesse espaço, sugerindo novos estudos e questionamentos.

Os momentos de reflexão e investigação do exercício profissional são essenciais no processo de desconstrução de valores e práticas conservadoras, bem como são fundamentais para a luta pela reafirmação de direitos sociais e para organização política dos trabalhadores,

incluindo os (as) assistentes sociais. Considera-se que a análise das condições de trabalho, das demandas, bem como das respostas profissionais do (a) assistente social na contemporaneidade pode contribuir para desvendar o espaço e as contradições do terceiro setor e das ONGs.

Diante do exposto, delimitou-se como objetivo geral deste estudo: Identificar e refletir sobre os desafios e as possibilidades postos ao exercício profissional do Assistente Social na ADOTE. E como objetivos específicos: Conhecer a Associação de Orientação aos Deficientes – ADOTE; Caracterizar os usuários atendidos pela instituição; Analisar a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, considerando as particularidades do trabalho do/a assistente social na ADOTE. Com relação a esse último destacou-se a identificação de elementos como: atividades, demandas, condições de trabalho, relação com os usuários, relação com outros profissionais e a materialização do projeto ético-político da profissão frente ao cotidiano profissional.

Para atender a esses objetivos, o trabalho apoiou-se numa perspectiva teórico-metodológica² crítica e dialética³ que buscou estudar os fenômenos a partir de suas relações, mediações e contradições. Segundo Barros e Lehfeld (1990, p.34), para “conhecer o objeto de pesquisa na perspectiva dialética deve-se considerar o objeto no seu desenvolvimento, no seu movimento próprio, na sua transformação”.

Em função do caminho teórico-metodológico escolhido e da natureza do objeto realizou-se um estudo qualitativo a partir da concepção de totalidade⁴ das relações sociais contemporâneas, tomando suas múltiplas determinações, expressões, contradições⁵ e historicidade na sociedade capitalista, e na particularidade da profissão de Serviço Social. E também foram contemplados dados quantitativos na perspectiva de complementariedade do estudo.

Nesta perspectiva, o estudo fundamentou-se nas seguintes categorias teóricas e junto com elas alguns autores que serviram de fio condutor na análise e problematização das questões abordadas: a relação entre Estado e sociedade na contemporaneidade, com destaque

² A compreensão do referencial como teórico-metodológico significa assumir que há uma relação intrínseca entre método e teoria. Tanto a investigação quanto a análise devem vir acompanhada de uma teoria e um método, articulados organicamente.

³ Perspectiva fundamentada na teoria social de Karl Marx (século XVIII), cujo legado das análises do autor sobre a sociedade capitalista garante a reflexão e o entendimento da contemporaneidade e dos seus desafios, pois enquanto houver capitalismo, permanecerão atuais as análises deste autor.

⁴ Segundo Löwy (1985, p.16), a categoria totalidade é “percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado [...]”, articulado, ou seja, as dimensões da realidade se relacionam entre si, num movimento dinâmico, histórico, permanente e contraditório.

⁵ “Uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade” (Idem). Então, entende-se que as contradições estão presentes e são intrínsecas aos fenômenos.

para as categorias Estado e Sociedade Civil (Acanda, Gramsci, Ivo Tonet, Karl Marx, Paniago); o Serviço Social e o exercício profissional (Iamamoto, Yolanda Guerra, José Paulo Netto); e terceiro setor e ONGs (Carlos Montaña, Gohn, Leilah Landim).

Na objetivação desse estudo foram realizados os seguintes procedimentos, tomando como referência os anos de 2013 e 2014 (até fevereiro): revisão bibliográfica; coleta de dados secundários, através da análise do acervo de documentos institucionais da ADOTE, no que se refere a registros e relatórios da instituição, quanto ao acervo do Serviço Social no sentido de conhecer os caminhos da inserção do Serviço Social, nesse espaço, delineando o seu significado social junto ao corpo de profissionais contratados; coleta de dados primários, por meio da realização de entrevistas estruturadas, com as duas assistentes sociais da ADOTE que compõem o universo da pesquisa, bem como a aplicação de um questionário com o objetivo de obter informações mais objetivas e específicas.

Vale ressaltar que, no decorrer da monografia, os nomes das assistentes sociais não foram revelados. No entanto, foram utilizados nomes fictícios para as assistentes sociais, a fim de preservar a identidade das entrevistadas⁶.

Na fase da realização das entrevistas algumas dificuldades foram enfrentadas. Uma delas foi que uma das assistentes sociais entrou de férias no período de coleta de dados primários (dezembro de 2013), retardando a análise dos dados. Mas, quando a assistente social voltou de suas férias (fevereiro 2014) a entrevista foi realizada. Outra dificuldade enfrentada foi em relação ao acesso a alguns documentos institucionais, pois o pessoal da direção só disponibilizou o estatuto social e uma revista da instituição. Mesmo assim, conseguiu-se ter acesso a alguns documentos que contribuíram de forma decisiva para este estudo.

Vale frisar que as profissionais entrevistadas mostraram-se disponíveis para contribuir com a pesquisa, fornecendo informações e documentos que possibilitaram a realização do estudo. O cotidiano atribulado de atividades e responsabilidades na dinâmica da associação não foi impedimento para as assistentes sociais entrevistadas se mostrarem receptivas ao estudo desenvolvido.

A fase seguinte foi destinada ao tratamento e a análise do material coletado, verificando o que emergia de singular e expressivo no processo da investigação. Finalmente, para a exposição do estudo, esta monografia foi subdividida em capítulos.

⁶ Os nomes das duas assistentes sociais entrevistadas são fictícios, sendo os nomes verdadeiros substituídos por nomes de pedras preciosas brasileiras (Esmeralda e Rubi).

No primeiro capítulo abordará as novas configurações da relação entre o Estado e a sociedade a partir das alterações sócio-históricas engendradas pela dinâmica capitalista pós-1970. Tomando como ponto de partida a crise estrutural do capital e diante do conjunto de transformações societárias postas no final do século XX, três dimensões são enfatizadas neste estudo: a reestruturação produtiva, alterações no mundo do trabalho e a contra reforma do Estado; eixos estes que possibilitam e solidificam a emergência e a legitimação do terceiro setor e das ONGs como responsável pelas respostas privadas às sequelas da questão social. Será enfatizado, também, o discurso e a lógica da contra reforma do Estado que contribuirá para o surgimento do terceiro setor como estratégia hegemônica do capital para a garantia da manutenção do seu sistema e para controle e adesão da classe trabalhadora ao reordenamento necessário ao presente estágio capitalista.

Num segundo momento é destacado o fenômeno terceiro setor, sua emergência e funcionalidade, destacando suas particularidades e limites que o perpassam, ressaltando duas tendências contemporâneas: a tendência dominante e a tendência crítica, que sobressai a seu respeito. Particularizar-se-á as ONGs como uma das expressões mais relevantes desse setor, relacionando-as aos interesses e as necessidades atuais do capital no neoliberalismo com ênfase para mudança ou alteração na função social dessas organizações.

E por fim, será realizada uma análise de como se configuram as políticas sociais brasileiras no contexto neoliberal, enfatizando as reformas neoliberais efetuadas no campo social.

No segundo capítulo tratará da relação Serviço Social e ONGs e as contradições que permeiam o espaço sócio-ocupacional dessas organizações. Num primeiro momento será analisado o exercício profissional de assistentes sociais na atualidade, tendo em vista, que o atual cenário brasileiro apresenta um conjunto de mudanças que, também, incide sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais demandando novas demandas e exigências profissionais. E por último, será enfatizado o terceiro setor enquanto empregador dos (as) assistentes sociais bem como desafios e possibilidades do exercício profissional nesse espaço.

O terceiro capítulo sistematizará elementos diretamente voltados para a inserção do serviço social na Associação de Orientação aos Deficientes – ADOTE, particularizando: o histórico da instituição, área de atuação, missão, projetos, parcerias e o Serviço Social no âmbito institucional. Em seguida, quem são os usuários atendidos pela associação.

Num terceiro momento será analisada a inserção do Serviço Social na ADOTE destacando os seguintes aspectos: atividades, demandas, condições de trabalho, relação com

os usuários, relação com outros profissionais e a materialização do projeto ético-político da profissão frente ao cotidiano profissional.

E, por fim, será enfatizado os desafios e as possibilidades frente ao cotidiano profissional das assistentes sociais na Adote. Cabe ressaltar que são identificados aspectos objetivos e subjetivos do exercício profissional, articulados às determinações sócio-históricas contemporâneas.

Nas considerações finais do estudo serão sintetizados os principais desafios e possibilidades do exercício profissional na ADOTE a partir das dimensões: atividades, demandas, condições de trabalho, relação com os usuários, relação com outros profissionais e a materialização do projeto ético-político da profissão frente ao cotidiano profissional.

Sem o intuito de esgotar a discussão, espera-se, com este estudo, contribuir com a reflexão crítica sobre as contradições do exercício profissional do (a) assistente social numa ONG, possibilitando apreender as determinações dos fenômenos envolvidos pela sociabilidade do capital e identificar e refletir os desafios e as possibilidades postos à profissão, na perspectiva de ampliar o debate e permitir uma direção social sintonizada com um projeto societário realmente emancipador da condição humana.

2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE

O presente capítulo desse estudo tem como ponto de partida o entendimento de que a lógica e a funcionalidade do terceiro setor e das ONGs, assim como a profissão de Serviço Social na atualidade são determinados e estão articulados ao panorama de crise estrutural do capital e do seu processo de reestruturação. Essa conjuntura proporciona uma dinâmica econômica, política, social e cultural que institui novas configurações na relação Estado e sociedade. Assim, as relações atuais entre Estado e sociedade somente são possíveis de apreensão a partir do movimento da realidade sócio-histórica e de suas mediações, bem como mediante a luta de classes na contemporaneidade.

Num primeiro momento, será realizada uma análise da crise do capital seguido de uma breve reflexão sobre o seu processo de reestruturação através dos eixos reestruturação produtiva, alterações no mundo do trabalho e contra reforma do Estado, visto que este contexto engendra uma série de transformações sócio-históricas que demarcam e definem o espaço e a função do terceiro setor e das ONGs na atual conjuntura. Será enfatizado o discurso e a lógica da contra reforma do Estado que contribuirá para o surgimento do terceiro setor como estratégia hegemônica do capital para a garantia da manutenção do seu sistema e para controle e adesão de setores e/ou segmentos da classe trabalhadora ao reordenamento necessário ao presente estágio capitalista.

Em seguida, far-se-á um debate sobre o fenômeno terceiro setor no neoliberalismo destacando suas particularidades e limites que o perpassam, ressaltando duas tendências contemporâneas: a tendência dominante e a tendência crítica, que sobressai a seu respeito. Particularizar-se-á as ONGs como uma das expressões mais relevantes desse setor, relacionando-as aos interesses e as necessidades atuais do capital no neoliberalismo com ênfase para a mudança ou alteração na função social dessas organizações.

E por fim, será realizada uma análise de como se configuram as políticas sociais brasileiras no contexto neoliberal, enfatizando as reformas neoliberais efetuadas no campo social.

2.1 DA CRISE CAPITALISTA AO SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR

A sociedade capitalista contemporânea vivencia um processo de crise que se acentuou no período pós-1970, período em que o padrão de produção e acumulação capitalista taylorista/fordista⁷ entra em crise bem como o Estado de Bem Estar Social⁸ também indica sinais de declínio. Ambos não conseguem mais dar respostas às necessidades e aos interesses do capital naquele momento sócio-histórico.

Na verdade, a crise se expressa de forma inseparável ao próprio modo de produzir e de se reproduzir do sistema capitalista porque sua estrutura gera desequilíbrio de interesses e de necessidades entre as classes fundamentais que constitui esse tipo de sociedade. É importante considerar que o capitalismo contém em si o germe da crise, pois a discrepância entre produção social coletiva e sua apropriação privada por uma minoria privilegiada gera mecanismos de exploração e dominação de uma classe sobre a outra, o que ocasiona à desigualdade e o conflito entre burguesia e trabalhadores. Portanto, pode-se dizer que a sociabilidade do capital vivencia momentos de crise e de auge na sua história e que, por isso, precisa reestruturar-se para garantir a acumulação e a manutenção da sua hegemonia.

Para Antunes (1999, p.27), as particularidades do processo de crise do capital nos anos 1970 exibem “uma crise cumulativa endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica com a perspectiva de uma profunda crise estrutural”. A crise estrutural abrange um conjunto de contradições e limites próprios da lógica capitalista e que não pode ser superado ou suprimido numa sociabilidade dirigida pelo capital; Pode apenas, a partir de certas estratégias com a imprescindível ajuda do Estado, ser “controlado” para manutenção e reprodução do sistema.

Conforme a totalidade da realidade social, Mota (2000, p.37) assegura que “as crises econômicas são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e que, diante dos esquemas de reprodução ampliada do capital, a emergência de crises é uma tendência sempre presente”. Assim, a ideia de crise do Estado faz parte de uma ideologia da crise a favor da manutenção

⁷ Segundo Antunes (1999), o binômio taylorista/fordista baseava-se: a) na produção em série e de massa de mercadorias e fundamentalmente vertical; b) na racionalização máxima do trabalho (intensificação nas formas de exploração); c) no trabalho fragmentado, repetitivo e especializado; d) na extração ampliada da mais-valia e aumento da lucratividade; e) na supressão da “dimensão intelectual” do trabalho operário com transferência para as esferas da gerência científica (separação entre elaboração e execução).

⁸ Compreende-se aqui o Estado de Bem Estar Social ou o Welfare State como projeto hegemônico concebido no pós-guerra por Keynes, com apoio e incentivo do Estado para a contenção do movimento operário da época, através da promoção ao consumo, com salários indiretos aos trabalhadores, e da adoção de políticas sociais compensatórias.

da hegemonia da classe burguesa. No discurso dominante, o capital busca a hegemonia por meio da ideia de crise do Estado, desconsiderando o complexo decorrente da crise do capital.

Ainda de acordo com a autora, nesse cenário é imprescindível constituir uma “cultura política da crise” para sedimentar as reformas. O teor ideológico e político dessa cultura é a ideia de que as dificuldades afetam indistintamente o conjunto da sociedade e que sua superação favorece todos os sujeitos e países. A cultura da crise é instalada para justificar o processo de reestruturação e garantir a adesão da classe trabalhadora: é a “condição para empreender mudanças consentidas, que adquiram o estatuto de iniciativas positivas ao enfrentamento da crise econômico”. (MOTA, 2000 p.72).

Assim como resposta à crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação, caracterizado por alterações no processo produtivo, no processo de trabalho e nos mecanismos de controle e organização dos trabalhadores, além de estabelecer mudanças nos padrões de intervenção do Estado.

As transformações sócio-históricas se constituem e se materializam como frentes do desdobramento do Projeto Neoliberal⁹. Esse projeto societário conforma-se como uma nova tática hegemônica de reestruturação geral do capital para a superação da crise e alargamento da acumulação capitalista. Assim, no discurso dominante, o neoliberalismo apresenta-se como força ideológica oferecendo a ilusão de ser a única alternativa sócio-histórica da humanidade tendo em vista, que as condições sócio-históricas de domínio do capital estão tão sedimentadas que não permitem a luta pela emergência de um outro projeto societário.

No “Balanço do Neoliberalismo”, Anderson Perry (1995, p.23) afirma que do ponto de vista social o bendito projeto societário alcançou muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais injustas e desiguais. Política e ideologicamente, o neoliberalismo alcançou um êxito que superou as expectativas de seus fundadores, pois conseguiu disseminar “a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se as suas normas”. Concordando com o que foi dito, anteriormente, Tavares (2006, p.3) afirma:

Tem-se a impressão de que o neoliberalismo é a única alternativa viável para a economia. É como se, malgrado as condições miseráveis de uns e a insegurança de todos, o mundo estivesse diante de um fato tão natural que só

⁹ Anderson (1995), em seu texto sobre o “Balanço do Neoliberalismo”, destaca que tal fenômeno nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, sendo uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Embora tenha nascido na primeira metade do século XX, o autor afirma que somente após a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, é que as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno.

cabe à humanidade aquietar-se, acomodar-se. Mas a mundialização da economia, na medida em que internacionaliza a concorrência, revela, ainda mais que os modelos anteriores, a desigualdade, a subordinação, a insegurança, enfim, o desequilíbrio social.

O neoliberalismo é a fórmula do projeto societário do capital que operacionaliza as alterações necessárias ao processo de reestruturação no final do século XX até a atualidade, repercutindo na vida dos sujeitos e nas relações sociais. Sendo assim, surge como alternativa, mas sem alterar os pilares essenciais do modo de produção¹⁰.

Um novo padrão de acumulação se instala o toytismo ou “modelo flexível”, que flexibiliza o processo produtivo e as relações de trabalho, mais uma vez (como no modelo taylorismo/fordismo) envolvendo mudanças “centradas na racionalização do trabalho e nos seus pressupostos mentais e sociais, a fim de obter adesão voluntária do trabalhador” (SIMIONATTO, 2004, p.85). Ao constituir uma forma diferenciada da fase fordista/taylorista, a cumulação flexível promove uma integração muito mais orgânica do trabalhador aos objetivos da produção capitalista.

O “modelo flexível” tem como alvo central a retomada dos padrões de lucratividade anteriores e a expansão da sua ideologia e controle por todos os continentes, caracterizando-se por um processo de internacionalização do capital. É necessário o “desengessamento das condições de acumulação” (DIAS, 1997, p. 109) e a neutralização do trabalho (capacidade de resistência) para recuperação das taxas de lucro.

Diante disso, podemos dizer que o processo de acumulação flexibilizada intensificou a exploração do trabalho, alargou a produção da mais-valia¹¹ e, logo, aumentou igualmente o lucro. Vale ressaltar que este processo foi adotado de diferentes maneiras pelos países do ocidente, combinando seus elementos com as especificidades e condições de cada país, a fim de garantir a adoção de medidas e ações que conduzissem à opção viável (para o capital) da flexibilização da estrutura desta acumulação e ao consenso da classe trabalhadora.

Assim, as transformações no mundo do trabalho emergem como segunda dimensão/estratégia do processo de reestruturação do capital. A nova organização da produção tem como um dos seus pilares a necessidade de alargamento da produtividade do trabalho que se materializa em transformações de ordem nunca antes imaginada, atingindo a

¹⁰ Como pilares do desenvolvimento do capital Mota (2000) enfatiza: a propriedade privada dos meios de produção, a socialização da produção e a apropriação da riqueza produzida, que continuam viabilizando o processo de reprodução.

¹¹ A partir dos estudos de Karl Marx (1975) é considerada mais-valia a parte do trabalho humano que não é paga ao trabalhador e apropriada pelo capitalista em prol da sua acumulação.

“objetividade” e a “subjetividade” da classe trabalhadora (ANTUNES, 2005), com traço marcante de um novo processo de exploração. As transformações sofridas no mundo do trabalho fragmentam, complexificam e heterogeneizam as classes dos trabalhadores, alterando os valores e o ideário que pautam suas ações e práticas. Essa dinâmica ocasiona incisivas repercussões na luta de classes na atualidade, principalmente quanto à resistência, à organização e à mobilização política dos trabalhadores, enfraquecendo-o enquanto classe.

Como podemos perceber há um refluxo dos trabalhadores e dos movimentos sociais, viabilizado pelo aumento do poder dos burgueses em detrimento da redução do poder do trabalhador: desmobilização, desorganização, descrédito e segmentação, proporcionado, como já citado, pelas mudanças do mundo do trabalho. A ofensiva ao trabalho produz uma retração do movimento trabalhista, alcançando retrocessos de conquistas históricas. É assim que o projeto neoliberal ganha força e adesão.

De acordo com Antunes (2006), já nos anos 1980 incidiram os primeiros impulsos da reestruturação reprodutiva e das alterações no mundo do trabalho no Brasil. Nessa década, a reestruturação produtiva a brasileira caracterizou-se pela retração de custos, com redução da força de trabalho, particularmente nos ramos automobilísticos e de autopeças, bem como, nos setores têxtil e bancário, dentre outros. O autor ainda ressalta que só foi a partir de 1990, de forma tardia e subordinada, sobretudo com o Plano Real no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995), que a reestruturação produtiva e seus processos de organização e controle da classe trabalhadora desenvolveram-se de modo mais incisivo no Brasil, através da implantação de diversos elementos do modelo de acumulação flexível.

Ainda sobre o processo de reestruturação geral do capital, o Estado vivencia um redimensionamento das suas funções em decorrência de uma agenda de ajustes neoliberais, que ficou conhecida como Reforma do Estado, ou melhor, contra reforma do Estado.

No que diz respeito a esse debate é importante destacar que o Estado não é um “ente” neutro e acima dos conflitos e relações de classes. Nas suas reflexões, Paniago (2001)¹² lembra que o Estado moderno surge como um complemento às estruturas econômicas do capital, com o papel primordial de assegurar e de proteger as realizações produtivas do modo de produção, sendo categoricamente vital para a sustentabilidade material do sistema. Assim sendo, o Estado está inteiramente imbricado pelo complexo capitalista, uma vez que, “a qualidade substantiva que caracteriza a íntima relação entre o Estado moderno e o capital é a

¹² PANIAGO, Maria Cristina Soares. **A incontornabilidade ontológica do capital: um estudo sobre Beyond Capital de Mészáros**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

da complemetariedade”. Para reforçar ainda mais o debate Sergio Lessa (1998, p.145)¹³ afirma que “o Estado é essencial à própria existência do capital”, sendo de extrema importância para a manutenção do seu modo de produzir e se reproduzir.

É importante considerar, no entanto, que o movimento entre Estado e sociedade é mediado por incongruências: ora avança, ora recua em relação à absorção de demandas sociais, em função de cada momento sócio-histórico e da pressão, organização da classe trabalhadora. Assim, “nem o Estado é independente do capital, nem representa direta e exclusivamente os interesses da classe dominante: ele expressa as necessidades globais da manutenção da reprodução do metabolismo social regido pelo capital”¹⁴.

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que o Estado é essencial no processo de superação da crise do capital e de contenção das suas contradições. Considera-se, a partir de Assis (2004, p. 29), que o Estado faz parte da própria estrutura da sociedade dividida em classes sociais, uma vez que “é o Estado de uma sociedade regida pelo capitalismo, e por isso, insere-se na lógica do capital e assim assegura a propriedade privada e os interesses da classe dominante”. Entretanto a de considerar que o Estado, sob pressão da classe trabalhadora, agrupa demandas dos trabalhadores expressas no processo de luta, dependendo do contexto sócio-histórico e da correlação de forças entre capital e trabalho.

Para Acanda (2006, p.152), fundamentado em Karl Marx, “o Estado não é uma coisa em si mesma, mas uma força de relação social”. É mesmo uma complexa rede de relações e interesses de classes antagônicas que expressam divergências, desigualdades, e explorações de uma classe sobre a outra. Por isso, o referido autor destaca que é essencial “situar o Estado dentro da totalidade do sistema de produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas no qual ele existe”.

No contexto de reestruturação do capital, o Estado tem um papel deliberado que o conduz, a partir dos preceitos neoliberais, a uma reforma ou contra reforma, segundo os interesses de superação da crise e da necessidade de reorganização capitalista. Sobre isso, os ajustes neoliberais se efetivam sob um duplo movimento, segundo Borón (1995, p.77): uma “supersticiosa exaltação do mercado” e, simultaneamente, uma “satanização do Estado como causador de todas as desgraças e infortúnios que afetam as sociedades capitalistas”.

A política neoliberal minimiza consideravelmente a intervenção do Estado no campo social, apela para a participação da sociedade na execução de políticas sociais e abre espaço

¹³ LESSA, Sérgio. Beyond Capital: Estado e Capital. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 56, p. 135-151, 1998.

¹⁴ Id.

para o capital financeiro internacional. O discurso ideológico em torno da esfera estatal é de “ineficiência, corrupção, desperdício” enquanto, o privado aparece como sinônimo “eficiência, propriedade, austeridade”.

É no interior da agenda neoliberal que o Estado brasileiro inicia o caminho rumo a sua contra reforma. O discurso ideológico burguês defende que a contra reforma representa a condição para a inserção do país no mundo internacionalizado, pré-requisito para o “desenvolvimento” e a “modernidade”¹⁵, mas na prática tem a “função de uma ideologia desagregadora de contradições que contribui para desterritorializar as relações sociais” MOTA (2000, p.80).

Obedecendo passivamente as orientações neoliberais internacionais o Brasil é conduzido para o seu desmonte e desregulamentação. Nesse sentido, são traçadas umas programações políticas de abertura da economia aos capitais internacionais, uma agenda de privatização do patrimônio público, uma proposta de reforma previdenciária, além da reforma administrativa e da redução de direitos sociais com mínimo investimento nas políticas e serviços sociais públicos (DUARTE, 2007).

Segundo Tavares, 2006, p.3:

O capital, através das suas personificações, vende a imagem de um Estado que privilegia, que emprega mal o dinheiro arrecadado, tem funcionários ociosos e ineficientes e que, finalmente, oferece serviços de péssima qualidade. E, na sua imensa sabedoria, o mesmo capital, sai dos limites da crítica e se oferece como a solução, privatizando a comunicação, os transportes, a saúde, a educação, a previdência etc. Com isso, sob o discurso de diminuir a carga do Estado, embora o aparelho estatal continue recolhendo velhos e novos impostos, quase todas as suas funções são transferidas para a rede privada [...], no qual a lógica regente é o critério de rentabilidade.

É um processo que desconsidera direitos e minimiza o Estado para as funções sociais, ou seja, subordina os direitos sociais a lógica do mercado. Em outras palavras, a contra reforma representa uma proposta de mínimo para o social e máximo para o capital.

Ainda que no discurso dominante o que se está caracterizando como contra reforma do Estado brasileiro, segundo Behring (2003), apareça como um processo irreversível e necessário à inserção do país no capitalismo mundial constata-se, através de uma aproximação crítica dos argumentos que a defendem, que representa um conjunto de ações para a

¹⁵ Conforme Dias (1997), esse discurso neoliberal compõe a racionalidade do capital na atualidade e está incorporado no conjunto das relações sociais que a garantem e lhe oferece suporte.

adequação do Estado aos interesses da reestruturação do capital. O que indica, que o discurso e a lógica da contra reforma possibilitam terreno fértil para a emergência e o fortalecimento do terceiro setor. Vale observar, também, que o discurso ideológico dominante, busca justificar o conjunto de alterações nas funções do Estado, exclui o debate sobre a crise do capital e, assim, obscurece o real motivo da contra reforma.

Diante do que foi dito até aqui é relevante, para esse estudo, destacar o componente de delimitação do Estado, devido a sua organicidade com o debate sobre a legitimação social do terceiro setor e das ONGs.

A retórica usada para a delimitação da área do Estado é o seu crescimento excessivo em termos de pessoal e, principalmente, em termos de receita e despesa. Portanto, seria necessário delimitar seu campo de atuação¹⁶. Para a lógica neoliberal, era necessário restringir o Estado para a classe trabalhadora e, por isso, o então ministro do MARE¹⁷ Luiz Carlos Bresser Pereira delimitou as funções do Estado, distinguindo três áreas de atuação: atividades exclusivas do Estado; serviços sociais e científicos não exclusivos do Estado; e produção de bens e serviços para o mercado (PEREIRA, 1997).

As atividades exclusivas do Estado são restritas e permeiam a concepção de Estado Liberal: “legislar (definir leis), impor a justiça, manter a ordem, policiar e defender o país, representá-lo no exterior, arrecadar impostos regulamentar atividades econômicas e fiscalizar o cumprimento das leis” (PEREIRA, 1997, p.23). Todas as demais áreas foram transferidas para fora do Estado, enxugando-o ao máximo, através das estratégias de privatização, publicização e terceirização¹⁸.

Já as atividades na área social e científica são auxiliares, ou seja, não são exclusivas do Estado, visto que são apreendidas como atividades competitivas que podem ser controladas e administradas pelo mercado, com participação do Estado apenas no mínimo ou básico:

¹⁶Vale destacar que o projeto de Reforma do Estado contava com o forte apoio da mídia que usava do seu espaço para reforçar a ofensiva neoliberal “no processo de privatização das estatais, na denúncia das mordomias dos funcionários do Estado, na corrupção e no déficit da previdência social. Assim, a televisão manipulava os números e os jornais apresentavam as famosas pesquisas de opinião, nem sempre confiáveis” (MOTA, 2000, p.107).

¹⁷ Segundo Behring (2003), o Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, Luiz Carlos Bresser Pereira foi aprovado em setembro de 1995 na Câmara da Reforma do Estado; um órgão interministerial criado para esse fim, e que orientou, dentre outros processos e legislações, a Emenda Constitucional nº 19 (19/06/1998) que trata da “reforma” da administração pública.

¹⁸ De acordo com Pereira (1997, p.19) a “privatização” é um processo que transforma uma empresa estatal em privada; a “publicização” significa transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não estatal; e a “terceirização” é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.

[...] incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, as entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa e cultural, etc. (PEREIRA, 1997, p.25).

É a partir desse momento que ocorre o desmonte do social, ou seja, reduzem-se consideravelmente os investimentos no campo social, andando na contramão do que propunha a Constituição de 1988. Esse processo é reforçado com a publicização que, conforme Pereira (1997) significa a transferência das atividades sociais e científicas para o campo das entidades públicas não estatais, chamadas de organizações sociais. De acordo com Montañó (2001, p.84), criam-se leis e incentivos para “organizações sociais”, para a “filantropia empresarial” e outras atividades, e desenvolve-se uma relação de “parcerias” entre elas e o Estado, em um “nítido movimento de transferência de responsabilidades com a questão social”.

Para Pereira (1997, p.26), as entidades “[...] públicas não estatais são entidades do terceiro setor, são entidades sem fins lucrativos, são organizações não governamentais, organizações voluntárias”. Podemos perceber nessa passagem que fica explícita a alteração nas relações Estado e sociedade, onde o terceiro setor passa a assumir os serviços sociais atendendo aos interesses neoliberais de redução do Estado para a classe trabalhadora. Segundo Duarte (2007) é mais uma estratégia do capital para alavancar as taxas de lucro e reestruturar-se a partir das parcerias e do reordenamento do Estado.

Nesse trabalho, compartilha-se da concepção de Montañó de que a publicização é a designação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor (incluindo-se as ONGs) e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado. Caracteriza-se como um processo de privatização (visando o lucro) de serviços sociais. O cerne desse processo orienta-se numa perspectiva “desuniversalizante, contributiva e não constitutiva de direito” das políticas sociais (MONTAÑO, 2001, p. 82), retirando a concepção democrático estatal e a noção de direito público dos serviços sociais.

Em suma, o projeto político de reforma do Estado persegue o objetivo principal de reestruturar o capital a partir dos princípios do Consenso de Washington¹⁹. O referido projeto abre caminho para a flexibilização da acumulação, reduz custos (ou anula direitos trabalhistas e sociais), bem como isenta, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o capital do

¹⁹ Com o propósito de guiar e direcionar as reformas necessárias ao capitalismo contemporâneo, especialmente nos países periféricos, realizou-se em novembro de 1989 o Consenso de Washington: reunião entre organismos de financiamento internacional (como FMI, BIRD, Banco Mundial), representantes do governo americano e economistas latino-americanos para avaliar e conduzir as reformas econômicas na América Latina.

enfrentamento das expressões da questão social, obscurecendo os conflitos de classe. Caracteriza-se como um processo de inserção no mercado mundial, no qual quem paga a conta é a classe dos trabalhadores.

Podemos perceber claramente que há uma exaltação à participação da sociedade nos serviços sociais, impulsionada, inclusive, por agências que financiam projetos sociais de entidades do terceiro setor, como por exemplo, as ONGs. Deste modo, estão postas as condições sócio-históricas para a emergência e o fortalecimento do chamado terceiro setor, bem como, o contraditório universo das Organizações Não Governamentais na contemporaneidade. É o que se verá com mais precisão no próximo item deste estudo.

2.2 TERCEIRO SETOR E ONGS: O SEU PAPEL POLÍTICO DESEMPENHADO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

O terceiro setor emerge no cenário de transformações sócio-históricas delimitadas anteriormente e está inserido no emaranhado das relações e contradições sociais, políticas, econômicas e culturais dos séculos XX/XXI. O termo é traduzido do inglês Third Sector, (BARBOSA, 2006), surge como conceito consolidado nos Estados Unidos em 1978, tendo como idealizador John D. Rockefeller III. No Brasil, o termo surge através da Fundação Roberto Marinho, sendo apresentado ao mundo por meio de empresas e intelectuais ligados à burguesia (SILVA, 2011). Entretanto, o seu surgimento permanece ainda como “uma verdadeira escuridão nas análises dos seus teóricos” (MONTAÑO, 2007, p.55), e muitos se perguntam de fato quando teria se dado a inserção de um “novo” setor na sociedade. Acerca de seu surgimento Montaña reflete:

Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a preocupação de certos intelectuais ligados a instituições do capital por superar a eventual dicotomia público/privado? Teria data anterior, nas décadas de 60 e 70, com o auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não governamentais”? Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia, dos séculos XV a XIX(ou no Brasil, com as Santas Casas de Misericórdia, Cruz Vermelha etc.)? Sua existência data da própria formação da sociedade, conforme os contratualistas analisam?(MONTAÑO, 2007, p.55).

Dessa forma, aqui reafirmamos que embora o surgimento enquanto termo, ou o uso dessa nomenclatura – Terceiro Setor – possa ter sido utilizado a partir do final da década de 1970, ao estudarmos sobre essa temática percebemos que não se pode afirmar de forma categórica quando este “setor” se insere na sociedade, tendo em vista as várias análises e contradições – debilidades conceituais, entidades que o compõem, etc. – que perpassam o contexto histórico, político e ideológico do mesmo.

Segundo Fernandes (1994),

“o terceiro setor é composto por organizações sem fins lucrativos criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, em âmbito não governamental. No interior de suas ações, dão continuidade às práticas tradicionais de caridade, de filantropia e mecenato”.

Para Montaño (2007), o terceiro setor é um fenômeno que envolve um número significativo de organizações e instituições, tais como organizações não governamentais, organizações “sem fins lucrativos”, instituições filantrópicas, associações, empresas ditas “cidadãs”, entre outras, e ainda, sujeitos individuais, sejam eles voluntários ou não. O autor aponta, ainda, que não há um consenso entre os (as) teóricos (as) e pesquisadores (as) sobre a diversidade de instituições que fariam, ou não, parte deste setor:

Para alguns, apenas incluem-se as organizações formais (cf. Salamon, apud Fernandes, 1994: 19); para outros, contam até as atividades informais, individuais, ad hoc (Fernandes, 1994: 26 e 109); para alguns outros, as fundações empresariais seriam excluídas (Flacso, apud Acotto e Manzur, 2000); em outros casos, os sindicatos, movimentos políticos insurgentes, as seitas etc. ora são considerados pertencentes, ora são excluídos do conceito (MONTAÑO. 2007, p. 55).

Desta forma, constatamos que o conceito se formula, na verdade, numa perspectiva ideológica, dada a amplitude e diversidade das instituições e organizações que teoricamente o compõem. Para Montaño “este conceito, mais do que uma ‘categoria’ ontologicamente constatável na realidade, representa um constructo ideal que, antes de esclarecer sobre um “setor” da sociedade, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades” (MONTAÑO, 2007, p.55), embora possuam diferentes interesses na sociedade, se configurando, por vezes, contraditórias as ações e o papel social de cada instituição no âmbito da sociedade.

Diante disso, podemos observar que os fundamentos do terceiro setor encontram-se enraizados, particularmente, no processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho (mudança no modelo de produção); mundialização da economia quando o capital passa a ser rotativo devido à desterritorialização ou quebra das fronteiras geográficas; perda dos direitos trabalhistas, dentre tantos outros acontecimentos que abriram espaço para o neoliberalismo formular mais uma estratégia de reestruturação do sistema capitalista – o terceiro Setor, que surge como uma tática do governo e das entidades privadas, sendo uma forma de refilantropização no trato da questão social.

É a partir desse processo de “contra reforma” que o Estado irá se tornar mínimo para o social e máximo para o capital. É, portanto, nesse contexto da redução de gastos do Estado na área social que se vislumbra o crescimento do terceiro setor na sociedade. Há, portanto, um

deslocamento de responsabilidades com a questão social do âmbito estatal para o terceiro setor.

Na contemporaneidade, o debate sobre o fenômeno é bastante polêmico, gerando entendimentos divergentes que interferem nas estratégias de intervenção junto à questão social. Há duas tendências²⁰ na contemporaneidade, cujas direções se distinguem e se articulam a projetos societários diferentes: uma tendência dominante e outra tendência crítica e de totalidade, que procura a essência do fenômeno a partir das várias determinações que o envolvem.

Na tendência dominante o terceiro setor seria formado pela sociedade civil organizada para responder/intervir no contexto das expressões da questão social. O discurso apresentado é que nem o Estado, nem o mercado dão conta dos inúmeros problemas sociais crescentes nos dias atuais, sendo a sociedade civil responsável pelas sequelas decorrentes do capitalismo, a partir de ações voluntárias, filantrópicas e solidárias.

Conforme Fernandes, um dos autores mais significativos da tendência dominante, caracteriza como alternativa de resposta à questão social, uma terceira via, ou “uma terceira possibilidade”. Fernandes (1994, p. 19) explica:

Surge no mundo um terceiro personagem. Além do Estado e do mercado, há um ‘terceiro setor’. ‘Não governamental’ e ‘não lucrativo’, é, no entanto, organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. As relações entre o Estado e o mercado, que têm dominado a cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura – as associações voluntárias.

Ainda segundo o autor, “o conceito (terceiro setor) denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” (Fernandes, 1994, p.21), não geram lucros e respondem as necessidades coletivas. Na verdade, Fernandes afirma que “a ideia de um terceiro setor supõe um primeiro e um segundo”, sendo respectivamente o Estado e o mercado; o terceiro setor assumiria as responsabilidades sociais com os segmentos necessitados que estariam, na lógica dominante, fora da competência dos outros “setores”, caracterizando-se como “sociedade civil

²⁰ Vale ressaltar que ambas as tendências são atravessadas pelo movimento contraditório da realidade; no entanto, conforme o lugar que o terceiro setor ocupa na sociedade contemporânea, são visíveis as peculiaridades que diferenciam uma e outra tendência, sendo assim apresentadas pra efeito de exposição.

organizada”. Percebe-se, nesta tendência, que há uma assimilação entre os entendimentos de sociedade civil e terceiro setor, como se fossem sinônimos.

No Brasil, a Lei 9.790 de 23 de março de 1999²¹ regulamenta as organizações da sociedade civil. Segundo o artigo 1º desta lei, podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. A partir dessa regulamentação fica bem exemplificado como o fenômeno do terceiro setor é reconhecido e legitimado no país, percebido com certa positividade e estimulado legalmente.

Por outro lado, o artigo 2º dessa mesma lei desqualifica como:

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público: as sociedades comerciais, os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; as Organizações Sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado, criados por órgão público ou por fundações públicas; as organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional (BRASIL, 1999).

O artigo 2º, supracitado, evidencia certa polêmica na identificação de sociedade civil e terceiro setor, tendo em vista que esse último legalmente não envolve todas as organizações da sociedade. Assim sendo, a real caracterização da sociedade civil é bem mais ampla, complexa e contraditória que o entendimento de terceiro setor na tendência dominante.

De acordo com Tonet (1997, p.34)²², o conceito atual de sociedade civil remete a uma polarização entre interesses conservadores e interesses progressistas, em que a considerada “nova sociedade civil torna-se sinônimo de um espaço onde residem os autênticos direitos civis e políticos [...]”, no qual estão presentes as concepções de participação e de oposição ao Estado. Há nessa “versão liberal de sociedade civil” uma “desarticulação dos nexos mais

²¹ Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (BRASIL, 1999).

²² TONET, Ivo. **Do conceito de sociedade civil.** In: TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997, p.23-50.

profundos do todo social”. É importante lembrar que as contradições da sociabilidade capitalista são o terreno privilegiado no qual se compõe e se sustenta a sociedade civil.

Assim, a tendência dominante desconsidera as condições sócio-históricas contemporâneas de crise do capital e de busca de sua hegemonia, mistificando a realidade a partir de um debate não crítico que valoriza uma possível união entre as classes e um discurso de democracia e cidadania nos limites do capitalismo. O conflito, as diferenças de interesses, a heterogeneidade fundantes da sociedade civil/burguesa, composta por classes que discordam social, política e economicamente, faces que perpassam o terceiro setor, são encobertas pelo discurso da solidariedade, do voluntariado em defesa explícita do capitalismo mundializado.

A aproximação entre a sociedade civil e o terceiro setor, ou seja, sua sobreposição na contemporaneidade tem uma funcionalidade política e ideológica com a conjuntura do reordenamento capitalista, uma vez que encobre os conflitos e imobiliza a luta de classes. No discurso neoliberal, de acordo com Petras (1999, p.19), “o Estado é inimigo da democracia e da liberdade e um provedor corrupto e ineficiente de bem-estar social, sendo que em seu lugar a ‘sociedade civil’ é a protagonista da democracia e da melhoria social”. Para desvendar o discurso dominante e apreender a totalidade da realidade social, é necessária a reflexão da categoria sociedade civil.

A noção de sociedade civil usada como sinônimo do terceiro setor cancela a importância histórica de tal categoria teórica e confunde sua trama de relações e conflitos na sociabilidade do capital.

O período sócio-histórico atual está repleto de “velhos” conceitos/categorias que são retomados em função dos interesses dominantes, sem a devida crítica e análise das múltiplas deliberações, sendo massificados a partir de uma apropriação pelo capital que deturpa as categorias teóricas na sua essência a favor dos seus interesses, é claro. No momento atual, como exemplos de tais categorias podemos citar: a caridade, a solidariedade, a reciprocidade, o voluntariado, a filantropia, bem como o conceito básico de sociedade civil.

Quanto à categoria sociedade civil, para Netto (2004), poucas categorias teóricas foram tão desqualificadas, pois sob uma mesma embalagem encontram-se significados diferentes e até mesmo contraditórios. Conforme esse autor, a diluição teórica da categoria sociedade civil compromete o entendimento e a análise do período de crise e reestruturação do capital, o desvendamento do estágio atual de destruição de direitos sociais e a crítica ao processo de transferência de responsabilidades com a questão social para a esfera privada, colaborando para o processo de retomada crescente da acumulação e manutenção da hegemonia do capital.

Na procura pelas origens históricas da categoria, é imprescindível retomar as reflexões de Karl Marx sobre sociedade civil. Para ele, a sociedade civil constitui-se “na totalidade das relações materiais de vida” (MARX, 1978, p. 129). Segundo o autor,

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (MARX, 1978, p.130).

Nessa passagem, Marx desvenda a complexa relação Estado e sociedade civil: “a sociedade civil é a estrutura, sobre a qual se articula uma superestrutura de que é parte o Estado” (NETTO, 2004, p.66), ou seja, o Estado é uma expressão da sociedade civil.

Um outro autor que trata dessa temática é Gramsci (1987), nos escritos carcerários a expressão “sociedade civil” aparece constantemente, ainda que utilizada de formas diversas, podemos compreender o sentido que o marxista quis imprimir. O entendimento adequado dessa categoria relaciona-se a dois elementos básicos no pensamento do autor: a concepção ampliada de Estado; e o conceito de hegemonia. Começemos pelo primeiro. O Estado, longe de ser a materialização concreta dos interesses gerais da sociedade, existe, efetivamente, para administrar os negócios da classe dominante; no caso da sociedade capitalista, os interesses da burguesia. Sua função na sociedade capitalista é a garantia da reprodução da sociedade em duas classes antagônicas – burguesia e proletariado. Para isso, o Estado burguês precisa, além de mascarar o seu real papel, regular a luta de classes e assegurar o equilíbrio da ordem social.

Gramsci (1987), vivendo num contexto histórico diferente, amplia essa visão. De acordo com seus estudos ele deixa isso claro.

[...] do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) [...] (GRAMSCI, 1987, p.224).

Gramsci parte do conceito de sociedade civil para demonstrar que a classe dominante não mantém o poder apenas mediante a coerção, mas, também, por intermédio do consentimento (hegemonia). Neste ponto, podemos observar que Gramsci faz uma distinção conceitual de (sociedade civil) com relação a Marx e Engels. Estes utilizam a nomenclatura sociedade civil para indicar “o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas” (GRAMSCI, 2000b, p.33); o autor, por sua vez, para mostrar o conjunto de organizações privadas responsáveis pelas operações de hegemonia. Ressalte-se, contudo, que a referida distinção não significa ruptura.

Marx e Engels demonstraram a relação (dialética) entre infraestrutura (forças produtivas = sociedade civil) e superestrutura (Estado), sendo que a primeira funda a segunda. Gramsci não rompe com esse princípio básico. O pensador marxista, embora opere uma distinção conceitual relativamente à concepção de sociedade civil em Marx e Engels, não “perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura” (COUTINHO apud LIGUORI, 2003)²³. Suas análises enfatizam, em especial, os elementos materiais responsáveis pelas operações de difusão da ideologia dominante. O próprio Althusser (1985) reconhece que Gramsci “teve a ideia ‘singular’ de que o Estado não se reduzia ao aparelho (repressivo) de Estado, mas compreendia como dizia um certo número de instituições da ‘sociedade civil’: a Igreja, as Escolas, os sindicatos etc.”.

Depois dessa reflexão sobre a categoria sociedade civil podemos observar que os interesses contraditórios transcorrem o universo da sociedade civil, os quais definem e conformam as ações do Estado. A relação sociedade civil e Estado é perpassada pelas contradições de classe que formam a sociedade capitalista. O que significa que a sociedade civil é espaço de contradições e antagonismos, é espaço de luta de classes.

A sociedade civil expressa às complexidades e contradições da sociedade capitalista contemporânea. Por isso, compreende-se essa categoria não como homogeneidade, mas como complexidade, diversidade, antagonismo. De acordo com Montañó (2003, p.274-277) “a sociedade civil é espaço/arena de lutas”, é conformada por setores de diversos interesses particulares, representando antagonismo e disparidade no seu interior. Desta forma, “pensar na sociedade civil uno resulta num erro grosseiro de interpretação histórica”.

O que acontece na atualidade é uma deturpação da categoria sociedade civil, desconsiderando, principalmente, aspectos econômicos e políticos no contexto da sociedade

²³ COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.175.

capitalista, isentando-a do conflito e da contradição a ela inerentes; como se constituísse um espaço homogêneo de interesses, o que permite atender a necessidade contemporânea do capital de redução do Estado no tratamento da questão social.

Diante do que foi exposto anteriormente e em discordância com a tendência anterior, a tendência crítica e de totalidade sobre o terceiro setor o compreende como um fenômeno fluído e funcional ao processo de reestruturação do capital, inserido na perspectiva de totalidade e nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, assim, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia. De acordo com Montañó “o conceito de terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, sinalizando clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia” (MONTAÑO, 2003, p.53).

O termo terceiro setor está baseado na fragmentação da realidade em setores (“primeiro setor” o Estado, “segundo setor” o mercado e “terceiro setor” a sociedade civil²⁴), isolando e autonomizando cada um deles, não apresentando uma visão de totalidade social, como se os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais não abrangessem uma íntima inter-relação e imbricamento no conjunto da sociedade. Como se fosse possível fragmentar a realidade social. A fragmentação da realidade é necessária para o período atual de reestruturação do capital e das suas premissas político-ideológicas, pois “[...] separa os homens de suas determinações e decompõe a totalidade em esferas particulares e cindidas [...] Homens e relações sociais são tomados como coisas” (DIAS, 1997, p. 29); perde-se a historicidade, a totalidade e a perspectiva de contradição para que o terceiro setor possa assumir funcionalidade no panorama de reestruturação do capital.

Com o apoio da mídia e do Estado, o terceiro setor se expande em diversas áreas: educação, saúde, assistência social, arte e cultura, meio ambiente, lazer, defesa de direitos. Constituindo-se como ação voluntária e mercado de trabalho (muitas vezes precário). Engloba instituições de natureza distinta e origem diversa, tais como: ONGs, instituições filantrópicas, “empresas cidadãs”, voluntariado, fundações, etc., mas com a exclusão de órgãos de natureza política, como movimentos sociais (como o Movimento dos Sem Terra – MST) e sindicatos, com o objetivo de encobrir a luta e os interesses de classes que tecem as relações na sociedade civil.

Em concordância com o que afirma Montañó (2003, p.22), o terceiro setor não expressaria um setor que homogeneíza e minimiza diferenças e sim [...] “um novo padrão

²⁴Na concepção liberal, a sociedade civil é compreendida como expressão de interesses universais e não contraditórios.

(nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de dar respostas as expressões da questão social”, adotando os valores da solidariedade voluntária e local, da auto ajuda e da ajuda mútua, em que a comunidade/sociedade se responsabiliza pela questão social provocada pelo capitalismo.

Do ponto de vista de Landim (2003, p.109), na conjuntura atual, parece ter funcionalidade a emergência do terceiro setor, pois no contexto neoliberal de perda dos direitos de proteção social e de redução da responsabilidade do Estado com relação às políticas sociais, “a rapidez com o que o termo ganhou visibilidade e a expansão das suas entidades indica sintonia com os interesses dominantes”.

Dessa forma, partilhando da concepção dos autores críticos: Dias (1997), Petras (1999), Paniago (2001), Behring e Landim (2003), Montañó (2001, 2003, 2007), na qual se fundamenta este trabalho, reforça-se que o terceiro setor tem uma função perante o contexto de reestruturação produtiva do capital que se desdobra em duas dimensões: na colaboração com o processo de desregulamentação do Estado, minimizando sua intervenção no enfrentamento das mazelas advindas da questão social e na promoção de um clima de aliança/parceria e igualdade entre as classes sociais, o que obscurece o conflito e fragiliza a luta e a resistência dos trabalhadores na contemporaneidade.

Nesse cenário encontram-se as Organizações Não Governamental como expressões do terceiro setor e inseridas na sua lógica e contrariedade. Conforme Gohn (2003), a expressão ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1940, para designar entidades não oficiais que recebiam auxílio financeiro dos órgãos públicos para executar projetos de interesse social seguindo uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade”.

Apesar dos registros históricos datarem as origens das ONGs no Brasil na década de 1960, sua visibilidade política expressa-se, fundamentalmente, nos anos 1970, período de articulação de múltiplos atores da sociedade civil em prol da luta por um espaço público democrático e pelo pleno exercício da cidadania. Para tanto, as ONGs se unem aos movimentos sociais rumo à consolidação da democracia política em nosso país para o enfrentamento do Estado militarizado e repressor. Isto porque passam a compreendê-lo como um adversário político, que deve ser enfrentado e democratizado.

Nesse sentido, conforme Barbosa (2006) a emergência das ONGs, sobretudo nos anos 1970 e 1980, é reconhecida como um espaço de compromisso e luta rumo à equidade e à justiça social, valorizando as potencialidades humanas e conscientizando sobre a importância de transformar-se em sujeito político, construtor e executor de práticas democráticas e

cidadãs. Nesse momento, a função social das ONGs era de parceria com os movimentos sociais, embora recebessem financiamentos internacionais, sendo coadjuvante fundamental na relação movimento social/população/Estado, já que contribuíram para a organização interna e articulação de tais movimentos. De acordo com Montañó (2003, p.270-271).

Nesse período não eram as ONGs, mas os movimentos sociais que lutavam contra uma ditadura, contra mecanismos de opressão e exploração, os que se articulavam em torno de interesses específicos, como alimentação para creches, cooperativas de consumo, iluminação, saneamento, direitos da mulher, da criança e do adolescente, etc. as ONGs aqui tinham como missão tanto contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros.

No período entre fins dos anos 1980 e década de 1990, essas organizações passam por um período de reordenamento de sua gestão e das suas ações em função da procura de financiamentos de projetos. Não tendo nenhuma política interna de sustentabilidade, as ONGs passam a ver no Estado uma forma de parceria e angariamento de recursos para a execução de seus projetos. Então, podemos perceber, claramente, que a busca pela sobrevivência da organização via alternativa de fundos públicos e adequação aos critérios de financiamento dos organismos internacionais parece ter certa articulação com o período sócio-histórico de reestruturação do capital, já que essas organizações passam a assumir a responsabilidade no trato da questão social. Diante disso, “[...] As pressões sociais e as atividades de militância passaram para segundo lugar, e as atividades produtivas ganharam centralidade no dia-a-dia das ONGs” (GOHN, 1998, p.14-15).

É incontestável a necessidade de adequação das ONGs nesse contexto. Por motivo de sobrevivência dessas organizações e pela dinâmica do modelo de sistema de produção instaurado, as ONGs ajustaram-se a lógica do mercado e as exigências das transformações no mundo do trabalho.

Diante de tudo isso, o que podemos perceber é que as ONGs alteram seu papel na sociedade e inserem-se na lógica do neoliberalismo, não sendo mais combativas ao capitalismo contemporâneo. Ocorre um nítido deslocamento das responsabilidades com as disparidades sociais do Estado para o terceiro setor e para as ONGs, sem radical debate e nítido movimento de resistência.

De acordo com Montañó (2003, p.272) “a ONG, com maiores possibilidades de obtenção de recursos e apoio do que o movimento social passa a conquistar maior

credibilidade e adesão da população”. As organizações passam a ter mais espaço na mídia, maior respaldo e confiabilidade, contando inclusive com a população na condição de voluntário; instala-se um movimento de “positividade” e investimento em relação às ONGs em detrimento dos movimentos sociais e da garantia de políticas sociais públicas. Isso se explica porque na década de 1990 ocorre uma significativa alteração na relação Estado e movimento social, caracterizada por Montaño (2003) como uma “terceirização dos movimentos sociais”, ou seja, uma relação indireta entre Estado e movimento, intermediada pelas ONGs.

Há uma alteração no processo de luta e resistência da classe trabalhadora: não mais o embate dos movimentos sociais com os interesses do capital, mas uma relação mais amena e pouco contestatória da ordem vigente. Como vimos, é um momento de perda de espaço e poder político dos movimentos sociais, bem como de retração do Estado com o social, funcional à lógica de reestruturação do capital.

Em face desse período, supracitado, declarações acríticas, sem fundamentação na totalidade da realidade social, procuram explicar a ampliação da confiabilidade e expansão da intervenção das ONGs, sendo uma das expressões importantes destas concepções a autora Maria da Glória Gohn.

Gohn (2003, p.49) defende e justifica as ações das ONGs a partir de explicações que se limitam a distinguir, na aparência do cotidiano, essas organizações dos movimentos sociais, sem articular o debate ao contexto de reestruturação do capital. Para a autora, as “organizações são institucionalizadas, no mínimo eficientes, com um cotidiano contínuo, porém diferentes de uma entidade privada”; já os movimentos sociais são considerados “aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuo, pouco adensados, que não necessitam de compromisso com a eficácia operacional, a não ser algum tipo de resultado para as suas bases”. Como se a justificativa para o alargamento das ações das ONGs, em detrimento da perda de espaços dos movimentos sociais, tivesse relação apenas com a estrutura e a gestão de tais entidades, retirando a análise dos elementos políticos, econômicos, e sócio-históricos que caracterizam as transformações ocorridas em nossa sociedade.

Neste estudo, compreende-se que as explicações são mais profundas e que tem relação estreita com a luta de classes nas últimas décadas do século XXI, sendo, por isso, primordial buscar as raízes das reflexões sobre as ONGs, a partir do lugar que as mesmas ocupam na contemporaneidade, principalmente em sintonia com o contexto de transformações sócio-históricas.

Assim, a parceria, a descentralização e a solidariedade são os eixos ideológicos centrais do contexto de reforma para a manutenção da ordem do capital. E é através das “parcerias” firmadas entre as ONGs e o Estado que garantem sua intervenção na questão social, bem como o Estado viabiliza sua proposta de redução com o social via publicização. Por isso, Nicolau (2005, p.164) considera que a parceria com o Estado na implementação de políticas sociais “expressa uma das estratégias utilizadas por ele (Estado) para encobrir sua inadimplência com os empobrecidos e excluídos”.

Seguindo essa lógica Montañó (2003) contesta a fidelidade do termo “Organizações Não Governamentais”, visto que passam a serem custeadas por instituições, muitas destas de caráter governamental (nacionais e internacionais), por meio das citadas parcerias ou da contratação pelo Estado (federal, estadual, municipal) para exercer, de forma terceirizada, as atividades e funções estatais. Pode-se dizer, assim, que não são tão não governamentais.

Compreendemos que existe todo um movimento ideológico e cultural que baseia a função social das ONGs nos dias atuais, que no bojo do projeto neoliberal fundamenta-se à lógica da solidariedade, do voluntariado, da filantropia empresarial em que todos, indistintamente, devem contribuir, dar a sua parte para a resolução dos problemas sociais.

Então, independente da seriedade das ações de algumas ONGs, do compromisso dos seus componentes/profissionais e/ou da importância dos seus aportes para o conjunto dos trabalhadores a centralidade das análises contidas neste estudo está na função social que estas organizações têm no contexto de superação da crise estrutural do capital. Nesse sentido, pode-se afirmar que a intervenção dessas organizações está limitada pela execução de projetos e pela funcionalidade que assumem na realidade contemporânea. Pois, ao mesmo tempo em que se inserem na lógica do terceiro setor e assumem funcionalidade no processo de reestruturação do capital, apresentam, em contrapartida, contribuições importantes à garantia de direitos sociais, assim como permitem respostas significantes e fecundas às várias expressões da questão social.

Queremos deixar claro, nesse estudo, que assim como toda a realidade social é contraditória e complexa não seria diferente com as ONGs que revelam um espaço de contradição, pois, desde seus primórdios no mundo e no Brasil, parecem assumir certa funcionalidade à sociabilidade do capital, adquirindo em cada momento sócio-histórico menor ou maior adesão à lógica dos interesses dominantes, não desconsiderando a contradição de promover contribuições significativas para a classe trabalhadora. Segundo Duarte (2007, p.68):

No capitalismo contemporâneo, as Organizações Não Governamentais tendem a assumir uma função social decisiva e fundamental no processo de reestruturação do capital, já que assumem um lugar estratégico no tratamento das respostas as expressões contemporâneas da questão social, bem como por não assumirem papel definido na luta pela superação da ordem vigente.

Diante de tudo o que foi exposto, acima, destaca-se que esse processo, que permite funcionalidade às ONGs no contexto de transformações sócio-históricas estimuladas pelo capital, implica repercussões para a materialização das respostas à questão social, via políticas sociais. Portanto, no próximo item, discutir-se-á como se configuram as políticas sociais brasileiras no contexto neoliberal enfatizando as reformas efetuadas no campo social.

2.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: AS REFORMAS NEOLIBERAIS EFETIVADAS NO CAMPO SOCIAL

A partir dos fundamentos, anteriores, deste estudo, que situa a lógica do processo de reestruturação do capital e as suas estratégias para a recuperação das taxas de lucro e manutenção da hegemonia dominante, foi possível analisar as alterações nas relações entre o Estado e a sociedade, destacando as particularidades e as contradições do terceiro setor e das ONGs no enfrentamento da questão social.

No bojo, dessa questão, as transformações sócio-históricas ocorridas em nossa sociedade ocasiona um complexo de relações sociais, econômicas, políticas e culturais que produz um conjunto de contradições e conflitos entre trabalhadores e capitalistas. Esse embate produz a questão social, fenômeno que esteve e está atrelado ao processo de acumulação do capital, o qual ocasiona desigualdades.

Desta forma, “a questão social expressa o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (DUARTE, 2007, p.70). A denominação expressão da questão social relaciona-se com os desdobramentos desse contexto, pois os segmentos das classes trabalhadoras passam a travar lutas por direitos que configuram uma ameaça às instituições existentes e ao poder da classe dominante. A ameaça à ordem vigente desemboca no reconhecimento político e social dos trabalhadores pelas classes dominantes, através da intervenção do Estado. Segundo Yamamoto (2001, p.17):

Foram às lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

Na verdade, o reconhecimento e o enfrentamento da questão social tem relação direta com a conjuntura política e econômica e com a correlação de forças entre capital e trabalho. Por isso, ao longo da história, as manifestações da questão social passam a ser naturalizadas e observadas como um “conjunto de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada, capaz de amenizá-las e reduzi-las” (NETTO, 2001, p.44), sem, contudo, questionar a ordem estabelecida.

No Brasil, o tratamento às desigualdades sociais segue a lógica neoliberal, sob o prisma de responder minimamente as expressões da questão social para manter a população em situação de passividade frente às reformas do capital. Com o advento do neoliberalismo se estabelece novas formas de lidar com a questão social, ocasionando uma série de alterações no padrão de resposta social as manifestações da questão social: a precarização e a privatização das políticas sociais. O significado, o sentido, a funcionalidade das políticas sociais são outras a partir da fase monopolista do capitalismo.

Com a contra reforma do Estado nos anos 1990, as política sociais brasileiras se apresentam submissas à orientação macroeconômica, distanciando-se da dimensão universalista adquirida na Constituição de 1988. “são acusadas de gerarem a crise dos fundos públicos e constituírem-se em “mau investimento”, em atividades burocráticas e sem retorno” (DUARTE, 2007, p.77).

Esse é o discurso colocado para legitimar a precarização das políticas sociais sob a responsabilidade do Estado. Como uma das soluções à crise capitalista, o neoliberalismo aponta o retorno ao mercado, reduzindo a intervenção estatal em áreas e atividades voltadas para o campo social.

Nessa perspectiva, a estratégia dos governos neoliberais, como o do Brasil, é alterar a orientação das políticas sociais subordinando-as aos interesses econômicos e políticos, através da:

Descentralização administrativa, que visa aumentar a eficiência e a eficácia do gasto; Privatização via mercado ou sociedade, representada, esta última, pelo terceiro setor; e Focalização, como o nome indica, é outro ponto dessa reestruturação, que foca o gasto social a programas e público-alvo específicos, seletivamente escolhidos conforme a urgência de sua necessidade (os mais “pobres” entre os mais “pobres”) (DUARTE, 2007, p. 78).

Este quadro, acima, define uma estratégia precária de enfrentamento da questão social por parte do Estado, em que se busca a descaracterização e anulação da condição de direito das políticas sociais, ou seja, a desconstrução do caráter de universalidade e igualdade, já que essas concepções não atendem aos interesses contemporâneos do capital.

As políticas sociais, no contexto neoliberal, são percebidas assim, como a focalização no indivíduo e não mais nos direitos. Nesse processo, se aprofunda a desigualdade. Na análise

desta conjuntura se percebe o individualismo mais contundente e a não universalização dos direitos.

Segundo a perspectiva neoliberal, as características das políticas sociais de cunho universal, inspiradas no Welfare State dos países centrais, traziam consigo um problema, portanto, a melhor forma para eliminar o desperdício público e atingir a população seria as políticas focalizadas, já que estas conseguiriam atingir aqueles que realmente precisam. Seguindo essa linha de pensamento, a política social focalizada, de combate à pobreza, nasce e se desenvolve vinculada com as reformas liberais e tem como objetivo compensar de modo parcial os danos causados pela política neoliberal como, elevadas taxas de desemprego, baixos rendimentos, pobreza que tem como base a precarização do trabalho.

Essas orientações conduzem a um processo de quase extinção das políticas sociais estatais, reduzindo significativamente a prestação de serviços sociais em quantidade, qualidade e variabilidade. Esse processo permite que amplos segmentos da população sejam precariamente atendidos, alargando o quadro de pobreza e miséria, bem como o aprofundamento a desigualdade social, uma vez que a demanda amplia em proporções gigantescas e as respostas são cada vez mais pontuais e seletivas.

Desse modo, as políticas sociais se constituem como uma atividade filantrópica / voluntária ou um serviço que pode ser comprado no mercado, e que a qualidade do serviço dependerá do poder aquisitivo de cada pessoa. Por isso, são lucrativos para o capital, ou seja, constituem em um novo espaço de acumulação. Na concepção neoliberal é necessário transformar o social em “espaço mercantil”, com destaque para a previdência, a saúde e a educação, para o financiamento da acumulação capitalista em mais um dos momentos de crise. Segundo Montaño (2007), com a reconfiguração do Estado e das políticas sociais o próprio trabalhador passa a ter o encargo de responder às suas necessidades e reproduzir-se como força de trabalho, retirando do capital este ônus e transferindo os serviços sociais para o mercado.

A outra via de privatização das políticas sociais, mais precisamente com a política de Assistência Social (não lucrativa para o capital), é a refilantropização a partir da transferência de responsabilidade do Estado com as expressões da questão social para as organizações do chamado terceiro setor.

Para Yazbek (2004), a filantropia no Brasil não é uma novidade na trajetória das políticas sociais. Contudo, nos últimos anos, esta, além de se diversificar em relação às tradicionais práticas de clientelismo, de filantropia social e empresarial, da solidariedade informal e do assistencialismo, vem assumindo uma posição de crescente relevância no

sistema de proteção social do país. A refilantropização mascara o novo para preservar o velho, transforma direitos em ajuda, em favor, em ação solidária, em participação da sociedade civil organizada, ou seja, em ações que terminam por expandir as desigualdades.

Ante tudo isso que foi dito, podemos avaliar que os rebatimentos do neoliberalismo nas políticas sociais são desastrosos. Estas passam a ter um caráter eventual e complementar por meio de práticas fragmentadas e compensatórias, “o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza [...]” (LAURELL apud PIANA, 2009, p.34)²⁵. Sob a égide do neoliberalismo as políticas sociais assumem características focalistas, assistencialistas e restringe os seus serviços somente àqueles que conseguem se enquadrar nos rígidos critérios que comprovem a sua situação de pobreza. Portanto, o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais.

Para Faleiros (1999), a política social é um processo de reprodução de força de trabalho, viabilizando serviços e benefícios financiados por fundos a eles destinados. O desenvolvimento social é responsabilidade dos governos federal, estadual, municipal e da sociedade. A assistência social se converte assim, nas estratégias de governo para prover as condições de vida necessárias para a dignidade humana.

Ainda segundo o autor, a política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. “Mas o processo social, pelo meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino” (Faleiros, 2004). Dessa forma, o indivíduo deixa de ser objeto e se torna sujeito ativo. Assim, para ser definida de social precisa atingir a concreta redução da desigualdade, sendo, portanto, de cunho emancipatório.

Com a reconfiguração do Estado e das políticas sociais o Estado transfere suas responsabilidades com o social para o terceiro setor. Portanto, nesse momento proliferam-se organizações privadas de interesse público, não estatal como ONGs, organizações sem fins lucrativos, desde as tradicionais entidades filantrópicas até as modernas fundações empresariais. Apresenta-se assim um modelo de Estado que reduz suas intervenções na área social, isto é, um Estado comprometido com o ajuste econômico, cujo enfrentamento da desigualdade passa a ser da sociedade e a ação do Estado serve apenas para minimizar as consequências negativas do ajuste econômico. (YAZBEK, 2001).

É no cerne desse debate e da intervenção precária e privatizada das expressões imediatas da questão social que a profissão de serviço social se situa. São as mudanças sócio-

²⁵ LAURELL, A.C. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: _____. (Org.) Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

históricas advindas da contra reforma do Estado brasileiro que vão apresentar novas demandas e demandar novos espaços ocupacionais para o (a) assistente social, dentre eles, as ONGs.

No próximo capítulo, será analisada as contradições que permeiam o espaço sócio ocupacional das ONGs.

3 O SERVIÇO SOCIAL E AS CONTRADIÇÕES QUE PERMEIAM O ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DAS ONGs

Após situarmos o debate acerca das políticas sociais no contexto do neoliberalismo se faz importante, também, destacarmos a inserção desses profissionais nas instituições do terceiro setor.

O presente item, a seguir, pretende analisar o exercício profissional de assistentes sociais na atualidade, tendo em vista, que o atual cenário brasileiro apresenta um conjunto de mudanças que, também, incidem sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais demandando novas demandas e exigências profissionais.

E por último, será enfatizado o terceiro setor enquanto empregador dos (as) assistentes sociais bem como desafios e possibilidades do exercício profissional nesse espaço.

3.1 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

O Serviço Social se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, enquanto produto do desenvolvimento do capital industrial e da expansão urbana (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001). Sendo assim, o Serviço Social é uma profissão que se consolida no interior das lutas de classe e que tem, portanto, esta realidade social enquanto objeto de intervenção profissional.

Exatamente por se tratar de uma profissão histórica, o Serviço Social sofreu (e sofre) influências do contexto político-econômico e social de cada época. Entre as principais transformações ocorridas na contemporaneidade, destacam-se as do mundo do trabalho, que alteram a organização e as relações de trabalho e afetam consideravelmente a vida dos trabalhadores, principais usuários das políticas sociais. Processa-se uma reorientação do Estado, que passa a atuar sob a perspectiva da orientação neoliberal, sendo o principal responsável pelas respostas às sequelas da questão social. Por último, sendo as políticas sociais mediações entre o Estado e as classes sociais, como vimos, estas também se modificam em suas orientações e funcionalidade. E, se a política social cria o espaço para o surgimento e expansão do Serviço Social, a sua diminuição e precarização repercute na profissão de forma negativa visto, que

[...] as mudanças nas funções e responsabilidades sociais do Estado, por vias de alterações nas políticas sociais, rebatem direta e radicalmente na coluna vertebral da profissão: no tipo e quantidades de demandas dirigidas ao profissional, nas condições de trabalho do assistente social, na modalidade interventiva, na eventual tendência ao aumento do desemprego e subemprego profissional, na descaracterização da profissão (MONTAÑO, 2002, p.246).

Os (as) assistentes sociais inserem-se no mercado de trabalho como trabalhadores (as) assalariados (as), que vendem sua força de trabalho às instituições. Nicolau (2005) afirma que o (a) assistente social, enquanto força de trabalho, tem sua relação com o mercado mediada por um contrato de compra e venda, como qualquer mercadoria²⁶.

A relação profissional do (a) assistente social com a questão social se estabelece nos espaços sócio – ocupacionais. Neste sentido, Iamamoto (2001) destaca que o perfil predominante da profissão ainda é o estatal, mas não é exclusivo. Pode-se afirmar que, na atualidade, várias áreas, além do Estado se configuram como espaço de trabalho para o Serviço Social: empresas, institutos, fundações, ONGs, instituições filantrópicas, entre outras. Destacam-se particularmente as ONGs que assumem responsabilidade direta com a questão social, constituindo-se como espaço sócio-ocupacional de intervenção para o assistente social, dentre outros profissionais.

As problemáticas de atuação são variadas nesses espaços, tais como: educação, meio ambiente, gênero, raça, etnia, orientação sexual, saúde, habitação, criança e adolescente, pessoas com deficiência, idosos, entre outras, como resultado do agravamento das expressões da questão social em tempos de reestruturação do capital, sendo, portanto, necessário fazer a leitura crítica da realidade para ocupar qualificadamente os espaços profissionais e responder as crescentes demandas.

Os (as) assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. Situados nesse solo perpassado por interesses sociais distintos, dos quais não é possível fugir, uma vez que são eles que tecem a vida em sociedade e embasam a profissão, os profissionais

²⁶ A sociabilidade do capital transforma tudo em mercadoria, ou seja, em coisas, inclusive os seres humanos. Marx (1975, p.81) afirma que “a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-se como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, a margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis as sentidos”.

vivenciam atualmente, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, inúmeros desafios para a efetivação/consolidação dos direitos sociais da população usuária.

É, portanto, no emaranhado de contradições da sociedade vigente que o assistente social se encontra e que tem seu fazer profissional comprometido pelas estruturas impostas com as mudanças contemporâneas, seja enquanto trabalhador assalariado, seja por sua intervenção no planejamento e na execução de políticas sociais que não buscam enfrentar a questão social no sentido de sua eliminação radical (isto seria impossível dentro dos limites do capitalismo) ainda que esta intervenção seja estritamente necessária à classe trabalhadora.

Historicamente, os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição, ou, nos termos de Netto (1992), sendo “executores terminais de políticas sociais”. Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas funções e competências. Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais.

Ademais, refletir o Serviço Social na contemporaneidade é antes de tudo perceber a realidade política, econômica, social e cultural da sociedade analisada. É reconhecer que ela é mutável e, portanto histórica. Pois o Serviço Social intervém na realidade, nos processos de reprodução das relações sociais estabelecidas e determinadas historicamente. Assim,

O Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade [...] a conjuntura não é pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social devendo ser apreendidas como tais. (IAMAMOTO, 2001, p. 55).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista e o conseqüente aprofundamento da desigualdade social e das expressões da questão social se configuram como a atual realidade que precisa ser apreendida pelo Serviço Social. Nesse sentido, o assistente social, ao apreender a realidade, percebe novas possibilidades de demanda e atuação, podendo transformá-las segundo sua intencionalidade e instrumentalidade em novos espaços e perspectivas para o exercício profissional.

A instrumentalidade é analisada por Guerra (2011) enquanto condição de reconhecimento social da profissão, pois ela se dá no cotidiano do trabalho do assistente social por meio da capacidade de criação, adaptação e transformação das condições objetivas e subjetivas do fazer profissional.

A intencionalidade dos assistentes sociais, presente na instrumentalidade, é mediada pela lógica da instituição em que está inserido e na qual em muitos casos o profissional fica submetido. Mas, exatamente por tratar a instrumentalidade enquanto prática de mediação e como campo da cultura profissional é que se possibilita, contraditoriamente, ao assistente social usar os conhecimentos disponíveis e construir um modo de fazer que lhe é próprio.

Sendo assim, compreender as transformações da sociedade é também perceber que o Serviço Social precisa responder e antecipar essas novas demandas, e para isso os espaços de atuação do assistente social exigem um profissional cada vez mais qualificado e especializado, que analise criticamente a realidade social e que faça uso das mediações no exercício profissional; que seja um profissional não apenas interventivo, mas também propositivo e pesquisador diante dessas demandas, requisitos necessários para inserção, permanência e identificação de novos espaços de ocupação deste profissional no mercado de trabalho.

Constatamos que os espaços que se aglutinam no terceiro setor, assim como os próprios determinantes que o fazem surgir, se apresentam de forma contraditória ao Serviço Social, pelos interesses de classe que perpassam o surgimento e expansão deste “setor” na sociedade. Contudo, é de suma importância que esses espaços sejam ocupados por profissionais que, longe de legitimar a lógica burguesa na sociedade, busquem através de suas ações responder as sequelas da questão social, por meio de atuações que visem à emancipação política dos sujeitos.

Segundo Yamamoto (2001, p. 48), “novas possibilidades de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; [...]”. No entanto, é preciso ainda que os (as) assistentes sociais entendam e analisem esses novos espaços, a sua representatividade, suas condições de trabalho²⁷, os interesses que permeiam a reprodução das relações sociais e até mesmo de que forma esses novos espaços oportunizam um exercício profissional tendo em

²⁷ Yamamoto (2002) define algumas dificuldades quanto às condições de trabalho do assistente social na contemporaneidade, como por exemplo, a baixa remuneração, o aumento e a diversificação de atividades, a redução de pessoal, a carga horária excessiva, a ausência de reconhecimento profissional, a terceirização e a perda de direitos trabalhistas.

vista o Código de Ética da Profissão, o qual preconiza a liberdade como valor ético central e o compromisso com autonomia e valores emancipatórios dos indivíduos.

Ademais, essas transformações sócio-históricas conferem novos contornos ao mercado profissional de trabalho, incluindo o dos (as) assistentes sociais, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional.

Assim, na atualidade, o exercício profissional do (a) assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao controle do indivíduo e impõem desafios e possibilidades, socialmente objetivos, à consecução do seu exercício profissional nos diversos espaços ocupacionais, incluindo aí o terceiro setor.

É seguindo essa linha de raciocínio que será realizada, a seguir, uma análise sobre o terceiro setor enquanto empregador dos (as) assistentes sociais, bem como desafios e possibilidades do exercício profissional nesse espaço.

3.2 O TERCEIRO SETOR ENQUANTO EMPREGADOR DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Dentre as transformações sócio-históricas engendradas na sociedade destacam-se as do mundo do trabalho, que alteram a organização e as relações de trabalho e afetam consideravelmente a classe dos trabalhadores, inclusive os (as) assistentes sociais. Se antes o Estado era o maior empregador dos (as) assistentes sociais hoje não é mais exclusivo. Pode-se afirmar que a retração das ações do Estado no âmbito das políticas sociais culmina numa redução do Serviço Social no âmbito estatal apontando para a possibilidade de inserção em novos espaços ocupacionais, como é o caso do Terceiro Setor.

Nesse processo, o Estado tem diminuído os custos, que considera elevados, inserindo-se aí o trabalho profissional, incentivando a atividade voluntária, a autoajuda e a ajuda mútua. Os assistentes sociais como agentes destes serviços, estão entre os custos e, conseqüentemente, podem ser recortados, de forma a diminuir as despesas do Estado com a área social.

[...] remete, tendencialmente, no contexto de focalização, descentralização e precarização das políticas sociais, à clara precarização das condições de trabalho do assistente social, sua terceirização e/ou sua substituição por agentes de menor preparo e salários mais baixos (ou voluntários), precarizando/reduzindo as demandas por assistentes sociais [...] (MONTAÑO, 2007, p. 249).

Considerando-se serem as políticas sociais a base de sustentação funcional do Serviço Social, suporte privilegiado da ação profissional²⁸, se estas são precarizadas podem influir no trabalho nela realizados, na qualidade e quantidade dos serviços prestados e também no que se refere a demanda, campo de atuação, vínculo empregatício, tempo de trabalho e salário dos (as) assistentes sociais, tendo em vista que esse mercado aberto no terceiro setor não tem compensado a retração do mercado na órbita do Estado. Concretamente,

[...] o mercado de trabalho aberto no “terceiro setor” não parece compensar, sob nenhum aspecto, a retração do mercado na órbita estatal para o Serviço Social. Não parece compensar em relação à quantidade dos postos de trabalho para os assistentes sociais criados na sociedade civil. Não compensa

²⁸ O assistente social depende da política social para desempenhar suas atribuições, ou seja, a política social possibilita a criação de espaços para a expansão e consolidação do Serviço Social.

no tipo de vínculo empregatício: instável, flexível, sujeito a financiamento externo de projetos pontuais. (MONTAÑO, 2007, p.253).

Um outro ponto abordado por Montaña (2007) é que a prática desenvolvida pelos assistente sociais, no âmbito do terceiro setor, vem ocorrendo muito mais numa perspectiva conciliadora e doutrinadora, por intermédios de atividades de administração de benefícios sociais e a coordenação de novos métodos de organização do trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), alterando-se as atribuições e os papéis desses profissionais.

Se a política social como instrumento do Estado intervencionista, constitui-se em instância privilegiada que possibilita a criação de espaço de intervenção profissional e, conseqüentemente, o mercado de trabalho para o Serviço Social, atribuindo-lhe funcionalidade e legitimidade, é evidente que as reformas do Estado, a precarização e os recortes das políticas sociais e a suposta passagem dos serviços assistenciais do Estado para o setor privado, seja ele mercantil ou do terceiro setor, não significam nem de longe uma transferência de práticas profissionais dos assistentes sociais para esse setor. Significam sim, como bem coloca o autor, que a assistência social vem paulatinamente substituída por outra atividade: a ação filantrópica²⁹.

O que parece se processar na verdade, é uma tendencial perda paulatina do espaço profissional-ocupacional do assistente social (fundamentalmente no âmbito estatal), que deixa lugar para – porém não evolui em – um aumento das práticas filantrópicas e voluntárias (no interior do chamado terceiro setor) (MONTAÑO, 2007, p. 248).

De um modo geral, essa transferência para o terceiro setor das respostas às sequelas da questão social tem repercutido negativamente na profissão, contribuindo para o aumento tendencial do nível de desemprego profissional, para uma precarização das condições de trabalho e para o agravamento das condições de emprego/subemprego (MONTAÑO, 2007).

O vínculo contratual do profissional de Serviço Social nas ONGs aponta para a existência de uma variedade de contratos e uma maior instabilidade profissional nessas instituições. Além de um significativo número de contratações e demissões, mostrando o

²⁹ Para Yazbek (2004), a filantropia, no Brasil, faz parte de nossa história, e a presença do setor privado na provisão social não novidade na trajetória das políticas sociais brasileiras. Mas, inegavelmente, nos dias atuais, essa presença, além de se diversificar, em relação às tradicionais práticas filantrópicas, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de proteção social do país.

elevado nível de rotatividade, o que dificulta a continuidade dos projetos e programas desenvolvidos por esses profissionais.

Diante disso, é fundamental que ao se ocupar esse lugar se tenha a capacidade de fazer uma leitura crítica desse novo padrão de intervenção social, que além de contribuir para o aumento da precarização das relações de trabalho profissional, tem estimulado, em maior ou menor grau, a substituição do trabalho profissional pelo trabalho voluntário³⁰. Em muitos casos, o próprio profissional de Serviço Social tem ocupado essa posição na esperança de ter seu trabalho reconhecido para um futuro contrato.

Desde a institucionalização do Serviço Social enquanto profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho até os dias atuais, a categoria profissional foi protagonista de muitas transformações. Portanto, sofrer transformações é necessário para o crescimento da profissão e até para a sua manutenção no mercado de trabalho. Acompanhar o processo histórico de transformações do mundo do trabalho também não significa plena aceitação das suas implicações.

Cabe, então, ao profissional desvendar o significado social dessas transformações, analisando os resultados para o exercício profissional e, somente com uma postura crítica, poderá dar respostas inovadoras aos dilemas impostos pelo sistema capitalista vigente em nossa sociedade brasileira e as novas consequências causadas por esse sistema na vida social. Para tanto, é necessário pensar o serviço social enquanto profissão, assim, como outras profissões, que sofre com a falta de recursos, com os baixos salários, desemprego, com as exigências feitas pelo mercado de trabalho, já que são trabalhadores assalariados.

A realidade social brasileira atualmente traz muitos desafios para os (as) assistentes sociais, mas, também traz possibilidades para efetivação do trabalho desses (as) profissionais no terceiro setor. É importante que os (as) assistentes sociais não se esqueçam das características que sua posição de assalariado os imprime. Mas, sempre é importante lembrar que podemos ter propostas que não fiquem somente nos limites do trabalho institucional.

³⁰ Nesse contexto, o projeto de mobilização do voluntariado integra-se às estratégias neoliberais de desresponsabilização do Estado para com as necessidades sociais, tornando-se um elemento importante na investida em favor do desmonte dos direitos sociais universais, transformando os direitos em benefícios eventuais. Portanto, a atuação do voluntariado vai na contramão da luta preservação, efetivação e ampliação dos direitos sociais universais (IAMAMOTO, 2002).

Entendemos que um dos mais importantes desafios do Serviço Social hoje é a construção de estratégias profissionais que fortaleçam o projeto ético-político³¹, ou seja, “traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social.” (IAMAMOTO, 2002, p. 15). Esse projeto expressa uma direção ao exercício profissional que se quer visível na profissão.

Nesse sentido, algumas indagações vão surgindo: em que medida a inserção dos profissionais de Serviço Social no terceiro setor (ONGs, entidades filantrópicas etc.) tem se mostrado vantajoso para a profissão, seja nas suas condições de trabalho ou para a sua prática profissional? É refletindo, sobretudo, no que foi apresentado até o momento, que este estudo sobre os desafios e as possibilidades do exercício profissional do assistente social no âmbito de uma ONG em Natal/RN, se propõe como importante contribuição para o desvelamento das condições existentes nesse espaço sócio-ocupacional e suas repercussões (positivas e negativas) na profissão de Serviço Social.

No próximo capítulo será enfatizada a inserção do Serviço Social na ONG Associação de Orientação aos Deficientes – ADOTE em Natal/RN, bem como os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com as duas assistentes sociais que trabalham na referida instituição.

³¹ Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro entendido como “um conjunto de valores que legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticas) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais” (BOSCHETTI, 2004, p. 119).

4 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO AOS DEFICIENTES – ADOTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

No presente capítulo será analisada a inserção do profissional de Serviço Social numa ONG em Natal/RN, mas precisamente, a Associação de Orientação aos Deficientes (ADOTE), destacando os seguintes aspectos: histórico da instituição, área de atuação, missão, projetos e parcerias; Em seguida, quem são os usuários atendidos pela associação; a inserção do Serviço Social na associação. Com relação a esse último destacou-se a identificação de elementos como: atividades, demandas, condições de trabalho, relação com os usuários, relação com outros profissionais e a materialização do projeto ético-político da profissão frente ao cotidiano profissional; e, por fim, os desafios e as possibilidades frente ao cotidiano profissional das assistentes sociais na Adote.

4.1 CONHECENDO A ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO AOS DEFICIENTES - ADOTE

A Associação de Orientação aos deficientes (ADOTE) é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos. Foi fundada em abril de 1982. É reconhecida como de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal e está inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social. Conforme a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 191, de 10 de novembro de 2005, que regulamenta o Art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a ADOTE é uma entidade de assistência social, portanto, uma entidade de atendimento. Deste modo, ela deve ser inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para funcionar regularmente e compete ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conceder o registro e certificado de entidade beneficente de assistência social.

Atualmente, a ADOTE se encontra localizada na Rua Aracati, Nº 30 no bairro Cidade da Esperança em Natal/RN. É também, responsável por manter a Escola Madre Fitzbach que atende crianças diagnosticadas com déficits físico e intelectual e, também, crianças sem nenhuma deficiência, disponibiliza o Ensino Fundamental (1º ao 5º), funciona no mesmo bairro na Avenida Perimetral Sul, Nº 02, localizada ao lado da Adote.

A ADOTE foi fundada em 04 de abril de 1982, ou seja, há 32 anos pela Sr.^a Shirley Rodrigues de Oliveira Carvalho e pelo Sr. Ubiratan Pergentino de Araújo, ambos com deficiência física. Shirley nasceu em Natal, mas residiu e trabalhou por muito tempo no Rio de Janeiro. Em virtude de um problema circulatório que comprometeu uma de suas pernas,

teve que amputá-la. Anos depois, já aposentada e retornado a Natal, decidiu dedicar-se a um trabalho voluntário de motivação e prestação de serviços às pessoas com deficiência. A partir deste momento, iniciou a luta para fundar a Associação de Orientação aos Deficientes, nome escolhido pelo Sr. Diógenes da Cunha Lima, em resposta à solicitação de sua esposa, a Sra. Moema Tinoco da Cunha Lima.

Começava a partir de então, as primeiras conquistas para a associação. A primeira delas foi à doação do terreno, onde até hoje a instituição funciona. Em seguida, Shirley realizou inúmeras viagens a países como: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, entre outros, à procura de recursos que seriam destinados a construção da ADOTE. Estes foram concedidos na *Miserium*, uma organização alemã católica.

Em 2008, veio o convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), que ajudou a Adote a evoluir. Hoje, a mesma tem um quadro de aproximadamente cento e vinte oito funcionários dentre eles: professores, assistentes sociais, médicos, fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, odontóloga, recepcionistas, equipe de apoio, equipe administrativa e telemarketing, duas estagiárias e seis voluntários.

A ADOTE é uma organização não governamental de caráter filantrópico que desde o seu surgimento, visa priorizar o respeito às pessoas com deficiência, haja vista que, de acordo com o decreto 914, de 06 de junho de 1999, Art.3 da Política Nacional de Assistência para a Integração da Pessoa com Deficiência (PNIPD), considera-se:

[...] pessoa com deficiência, aquela que apresenta um caráter permanente, perda ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão normal considerado pelo ser humano (BRASIL, 1999, p. 5).

A Instituição operacionaliza as suas atividades a partir dos princípios da sua missão: Valorizar a pessoa com deficiência do Estado do Rio Grande do Norte, promovendo a assistência integral através de atendimentos nas áreas de saúde, educação, reabilitação, esporte, cultura, lazer e trabalho.

A associação se mantém a partir de recursos arrecadados através de bazar, eventos beneficentes realizados pela própria instituição, do seu telemarketing, este não só arrecada doações para a manutenção da instituição, como também, explica aos doadores o funcionamento e os serviços prestados pela entidade. A associação mantém parcerias através

de convênios com o SUS e com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) por meio do Programa de apoio à Pessoa portadora de Deficiência (PPD). Vale ressaltar que a instituição também tem parcerias com várias outras instituições que trabalham com pessoas com deficiência. Convém destacar, ainda, que a ADOTE tem convênio com órgãos públicos nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, como foi supracitado anteriormente, com organismos nacionais e é parceira de instituições como a Universidade Potiguar e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A instituição tem como diretrizes norteadoras da sua atuação as orientações contidas na LOAS, na Política de Saúde e na Política de Educação.

De acordo com o seu Estatuto Social (2013), a Adote trabalha com seguintes objetivos:

Prestar assistência e orientação social a pessoa com deficiência, seus familiares e pessoas carentes da comunidade; Atender a pessoa com deficiência, através de equipe especializada, nas áreas de reabilitação, saúde e educação, bem como outras atividades socioculturais, recreativas objetivando a sua inclusão na sociedade; Contratar, executar, ou apoiar programas, projetos e ações no âmbito de seu campo de atuação, fortalecendo e elevando os níveis de respeito aos direitos humanos, nas áreas de meio ambiente, trabalho e geração de renda, melhoria de indicadores sociais, fortalecimento da identidade cultural e de participação democrática dos cidadãos; Contribuir na formulação e/ou aperfeiçoamento de política “pública” para a pessoa com deficiência visando à incorporação de novas gerações no processo de desenvolvimento sustentável; Constituir e participar de outras pessoas jurídicas, órgãos, comissões e outras formas de associação, tanto públicas como privadas, com finalidades correlatas aos seu campo de atuação; Celebrar contratos, convênios, termos de parceria, acordos e quaisquer outras formas de abrigar ou manifestar vontade, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, sociedade de economia mista, entidades paraestatais, consórcios, associações, sociedades e demais órgãos civis ou comerciais, nacionais ou internacionais, dotadas ou não de personalidade jurídica, relacionadas ao seu campo de atuação; Organizar arquivo, biblioteca, banco de dados, videoteca ou outros sistemas de informação especializados nas áreas relacionadas ao seu campo de atuação; Captar e gerir recursos destinados a viabilizar o desenvolvimento das ações pertinentes a uma proposta de atuação e aos seus objetivos sociais; e elaborar e aprovar o seu regime interno.

A Associação é referência na promoção do processo de desenvolvimento, aprendizagem e inclusão da pessoa com deficiência: intelectual, física, múltiplas, síndromes, paralisia cerebral e distrofia muscular progressiva.

Os serviços de habilitação e reabilitação disponibilizados pela ADOTE são: Oficinas de dança, do corpo, de Arte em Mosaico, de informática e de Cartonagem e Encadernação;

Educação Inclusiva; Apoio pedagógico; Brinquedoteca e Recreação; Psicomotricidade; Psicologia; Hidroterapia; Arte Terapia; Fisioterapia; Ortopedia; Neurologia; Arte Terapia; Odontologia; Fonoaudiologia; Estimulação; Terapia Ocupacional; Transporte adaptado; Capoeira; Serviço Social; Natação terapêutica e Acupuntura. Além desses serviços, associação está organizada através da divisão de salas onde são realizados os atendimentos especializados. A instituição também dispõe de uma infraestrutura que permite aos seus usuários desfrutar do direito de ir e vir com dois banheiros adaptados, elevador adaptado, rampas de acesso, piscina aquecida com plataforma e cobertura, quadra de esportes coberta e uma cantina. De acordo com a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência:

Acessibilidade - para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta adotarão as devidas providências (PNIPD, 1989, p. 2).

No que diz respeito aos projetos desenvolvidos pela ADOTE, temos o serviço de Tecnologia Assistiva que foi implantado na Instituição há aproximadamente nove anos e tem por finalidade aumentar as habilidades laborais de pessoas com deficiência, proporcionando a independência e a inclusão do usuário. Na Oficina de Tecnologia Assistiva, os Terapeutas Ocupacionais criam órteses, que são “dispositivos permanentes ou transitórios, utilizados para auxiliar as funções de um membro, órgão ou tecido, evitando deformidades ou sua progressão e/ou compensando insuficiências funcionais” (PITTA, 2011). Por meio de talheres modificados, suportes para materiais domésticos, abotoadores, velcro, barras de apoio e outros aparelhos que auxiliam no dia-dia do paciente, são instrumentos necessários à realização de suas AVDS (Atividades de Vida Diária). As órteses são confeccionadas normalmente sob medida e aproveitadas para as funções manuais. (REVISTA REABILITANDO E INCLUINDO PESSOAS, 2012, p.6).

Outro projeto é o Projeto Acontecer (Aplicação do Método Therapy Tapping)³². O Método Therapy Tapping é um conceito de estimulação tegumentar (pele) que utiliza bandagens elásticas com o objetivo de contrair ou relaxar a musculatura. Beneficia tanto nas disfunções neurológicas quanto nas ortopédicas. A técnica foi introduzida na ADOTE em julho de 2011 e é desenvolvida pelos profissionais de Terapia Ocupacional. Entre os

³² REVISTA REABILITANDO E INCLUINDO PESSOAS. Ed. Comemorativa - Natal / RN, 2012, p. 6.

benefícios que o método pode proporcionar, estão: melhora da resposta motora da função neurológica, da estabilidade articular, da circulação sanguínea e linfática, da dor e prevenção de lesões musculares e articulares.

Além desse projeto, tem o Projeto Semear baseia-se nas ideias da Educação Conduativa e tem como perspectiva estimular as crianças ao desenvolvimento de habilidades que instigue movimentos intencionais, oferecendo atividades que propiciem a autonomia; técnicas para melhorar a comunicação, as funções cognitivas, as habilidades de intelecto, o autocuidado, as técnicas de relacionamento social e emocional. Enquanto processo pedagógico e reabilitacional, a Educação Conduativa é estruturada para realizar um trabalho embasado nas relações grupais e nos processos de interação entre todos os envolvidos.

A Comunicação Alternativa existe na ADOTE há 12 anos. A instituição é pioneira na Região Nordeste neste tipo de serviço. O recurso é utilizado nos usuários que não tem condições de falar. Através do método, o usuário adquire uma melhor interação com o meio. A Comunicação Alternativa consiste em reproduzir figuras em pranchas de acordo com a necessidade do usuário e a evolução do seu tratamento. O fonoaudiólogo atua em conjunto com outros profissionais da equipe, inclusive com os professores da escola. De posse das pranchas é possível o usuário se comunicar com as outras pessoas.

O Grupo Movimento utiliza exercícios que favorecem à auto-expressão, o desbloqueio das tensões e das emoções reprimidas no corpo, isso como forma de promover a saúde. Dessa forma, esse grupo tem como finalidade realizar a análise da história de cada indivíduo conectada a sua expressão corporal. O Grupo Movimento é destinado aos adultos, familiares ou cuidadores de usuários da ADOTE.

E por último, o Projeto “Fragmentos” que busca contribuir para a geração de renda de mulheres da comunidade, mães e acompanhantes das pessoas atendidas pela instituição, através do fortalecimento da Oficina do Mosaico. O Projeto Fragmentos é viabilizado pela campanha “Mais Eu” do Instituto Lojas Renner e conta com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE). Participa e participou de exposições, mais de 320 peças em mosaico produzidas.

Depois de conhecer um pouco sobre a história da ADOTE em seguida, iremos abordar quem são os usuários atendidos pela referida instituição.

4.2 QUEM SÃO OS USUÁRIOS ATENDIDOS PELA ASSOCIAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial o índice de ocorrência de deficiência física, visual e auditiva elevou-se de maneira exorbitante exigindo uma atuação mais eficaz do Estado. É nesse contexto que se verifica a implantação e formulação de leis e políticas públicas no Brasil, voltadas para a inclusão social e os direitos das pessoas com deficiência. Foi a partir da década de 1980 que movimentos mundiais de lutas pelos direitos humanos tomaram legitimidade buscando assegurar direitos plenos a todo cidadão independente de sexo, raça, religião e deficiência.

Diante das várias expressões da questão social se destaca as necessidades das pessoas com deficiência, que mesmo após o sancionamento de múltiplas leis direcionada a esse segmento, ainda sofrem com a questão de preconceito e o descaso por parte do poder público. Dentro dessa realidade a ADOTE atende usuários com alguma deficiência (mental ou intelectual, motora, síndromes) assim como seus familiares, associados e pessoas da comunidade. Não possui faixa etária fechada, por isso, atende crianças, adolescentes, adultos e idosos. Em sua maioria, são famílias de baixa renda, com baixo nível de escolaridade, geralmente residem nos bairros próximos à instituição, como: Cidade Nova, Felipe Camarão, Bom Pastor e Planalto. Também da Grande Natal, bem como vindos do interior do Estado.

Vale destacar que os usuários chegam à instituição encaminhados por Escolas, Unidades de Saúde, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), comunidade e Centro de Reabilitação Infantil (CRI).

Apesar da ADOTE ser uma instituição séria e comprometida em seus serviços, em relação a sua demanda, a proteção social básica e especial que a assistência assegura não é capaz de atender de forma satisfatória ao número de pessoas com deficiência. Mesmo tendo, em 2013, a abertura de 307 novos prontuários totalizando um número de 10.800 atendimentos, onde podemos constatar um aumento de 1.800 atendimentos a mais que o ano anterior, totalizando o número de 2.100 usuários atendidos. No entanto, existe a demanda reprimida e sem perspectiva de atendimento.

Durante a realização do estágio curricular obrigatório (2013) na instituição podemos perceber que há uma predominância, nos atendimentos, de crianças e adolescentes do sexo feminino. Porquanto, de acordo com alguns dados obtidos através dos prontuários dos usuários, indicam o perfil desses usuários. Conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 - Perfil dos usuários da ADOTE (%)

Por Faixa Etária	40% - 0 a 12 anos de idade
	30% - 13 a 18 anos de idade
	20% - 19 a 50 anos de idade
	10% - 61 a acima de 70 anos de idade
Por Sexo	60% mulheres
	40% homens
Por Zona	64% Zona Oeste
	14% Zona Leste
	12% Zona Norte
	10% Zona Sul
Por Renda	51,93% - Até um salário mínimo
	23,09% - Até dois salários mínimos
	9,65% - Até quatro salários mínimos
	5,76% - Até seis salários mínimos
	5,73% - Não informaram
	3,84% - Acima de sete salários mínimos

Fonte: dados obtidos através dos prontuários da ADOTE, em 2013.

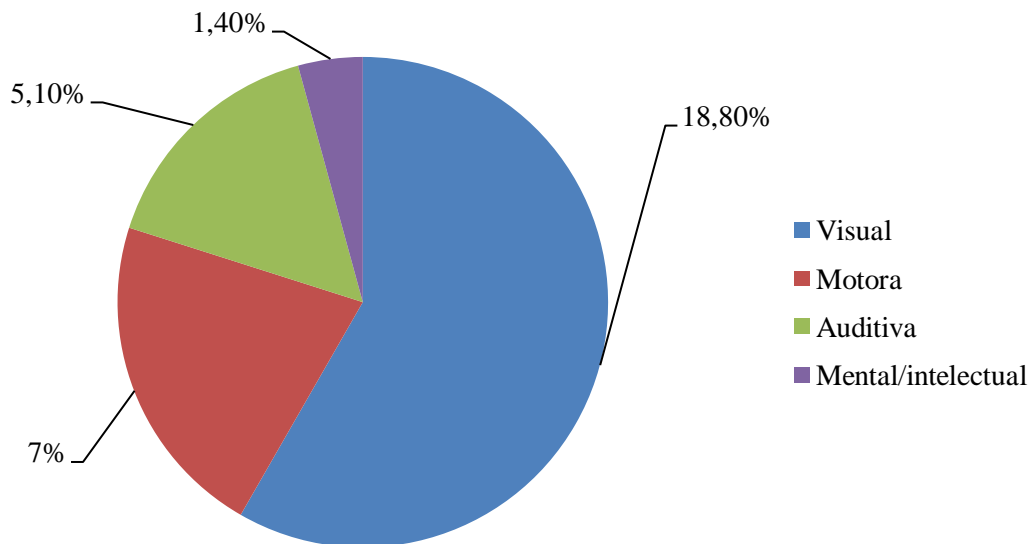
É importante ressaltar que a instituição não atende pessoas com deficiência auditiva ou visual. Pois, existem instituições que trabalham as especificidades dessas deficiências como o SUVAG³³ e o Instituto dos Cegos.

Segundo dados do IBGE (2010), considerando a população residente no país, 23,9%, o equivalente a 46 milhões de brasileiros, possuem pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, 18,80% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, 7% da

³³ SUVAG é a sigla de Sistema Universal Verbotonal de Audição Guberina, filosofia norteadora da Instituição. O SUVAG - Centro de Saúde Auditiva do RN é uma instituição filantrópica que há 30 anos trabalha voltada à promoção da saúde auditiva, visando à prevenção, o diagnóstico da surdez e a reabilitação da audição e da fala de pessoas com deficiência auditiva, favorecendo a inclusão delas na sociedade.

população, seguida da deficiência auditiva, 5,10% e por último, deficiência mental ou intelectual, 1,40% .Como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - População com deficiência, segundo o tipo de deficiência - Brasil (%)



Fonte: dados do IBGE 2010

Para as pessoas com pelo menos uma das deficiências, a população feminina superou a masculina em 5,3 pontos percentuais, o correspondente a 19 805 367 (21,2%) homens e 25 800 681 (26,5%) mulheres. Conforme a tabela 2, as deficiências visual e motora, também prevaleceu maior entre as mulheres, mas para as deficiências auditiva e mental, a prevalência é ligeiramente maior entre os homens.

Tabela 2 - A deficiência é maior entre as mulheres (%)

	Pelo menos uma delas	Visual	Auditiva	Motora	Mental ou Intelectual
TOTAL	23,9	18,8	5,1	7,0	1,4
Homens	21,2	16,0	5,3	5,3	1,5
Mulheres	26,5	21,4	4,9	8,5	1,2

Fonte: dados do IBGE 2010

Com relação ao estado do Rio Grande do Norte 27, 8%, cerca de 882.621 pessoas possuem algum tipo de deficiência, seja ela, mental ou intelectual, motora, visual e auditiva. O estado possui o percentual acima da média nacional que é de 23,9%. No estado, a deficiência mental ou intelectual apresentou a maior ocorrência cerca de 51. 899 pessoas, em seguida a motora 13. 606, a visual 6.943 e a auditiva 4. 836.

Vale ressaltar que a Região Nordeste teve a maior taxa de prevalência de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3 - Proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas por Regiões do Brasil - 2010

Região	(%)
Nordeste	26, 63%
Norte	23, 40%
Sudeste	23, 03%
Centro-Oeste	22, 50%
Sul	22, 50%

Fonte: dados do IBGE 2010

Segundo a declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência é considerada pessoa com deficiência todo aquele que, devido a seus déficits físicos ou mentais, não está em pleno gozo da capacidade de satisfazer, por si mesmo, de forma total ou parcial, suas necessidades vitais e sociais, como faria um ser humano considerado normal.

Na ADOTE o percentual quanto aos tipos de deficiências mais atendidas são as seguintes:

Tabela 4 - Distribuição quanto aos tipos de deficiência atendidas na ADOTE (%)

Tipo de deficiência	TOTAL
Mental/intelectual	75%
Motora	20%
Síndromes	5%

Fonte: dados da ADOTE 2013

Sabemos que a deficiência é um tema de direitos humanos e como tal obedece ao princípio de que todo ser humano tem o direito de desfrutar de todas as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações, sem ser submetido a qualquer tipo de discriminação.

Os direitos da pessoa com deficiência podem ser acionados tanto com base no direito fundamental do ser humano quanto com base nas características próprias desse segmento populacional. O paradigma da deficiência, no entanto, reforça a proteção de direitos das pessoas que já são contempladas e a estende aos grupos ainda não protegidos.

Na prática, a realização dos direitos das pessoas com deficiência exige ações em ambas às frentes, a do direito universal e a do direito de grupos específicos, tendo sempre como objetivo principal minimizar ou eliminar a lacuna existente entre as condições das pessoas com deficiência e as das pessoas sem deficiência.

No entanto, ainda existe uma distância muito grande do que é proposto e assegurado na lei, pois a sociedade, em geral, não é ou não está estruturada para receber a pessoa com deficiência, logo, precisa-se de respeito para com esses segmentos populacionais, inserido-os na sociedade e assegurando-lhes o direito a cidadania.

Com os usuários da ADOTE não é diferente, eles passam por inúmeras dificuldades, tendo que enfrentar longa lista de espera para ser atendido, insuficiência de recursos para os atendimentos, o serviço público precarizado e etc.

No próximo item, a seguir, será enfatizada a inserção do Serviço Social na ADOTE: demandas, atividades, condições de trabalho, relação com os usuários, relação com outros profissionais e a materialização do projeto ético-político da profissão frente ao cotidiano profissional.

4.3 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ADOTE: ATIVIDADES, DEMANDAS, CONDIÇÕES DE TRABALHO, RELAÇÃO COM OS USUÁRIOS, RELAÇÃO COM OUTROS PROFISSIONAIS E A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO FRENTE AO COTIDIANO PROFISSIONAL

O presente item prima pelas dimensões diretamente vinculadas ao exercício profissional das assistentes sociais na ADOTE, voltando-se para os aspectos que objetivam o cotidiano profissional na entidade. Para fins de exposição, primeiramente, são abordados demandas, atividades, condições de trabalho, relação com os usuários, relação com outros profissionais e, por fim, a materialização do Projeto ético-político da profissão frente ao cotidiano profissional das Assistentes Sociais na associação.

Uma coisa que precisamos destacar é que, ao pensarmos sobre o trabalho desses profissionais, deve-se ter em mente que se trata de um trabalho institucional. Portanto,

As instituições sociais são organizações específicas de política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos manifestos. Elas ocupam um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a sociedade civil. Elas fazem parte da rede, do tecido social lançado pelas classes dominantes para amearhar o conjunto da sociedade (FALEIROS, 1985, p. 31).

No decorrer desse estudo veremos a marca que o trabalho institucional imprime a intervenção do serviço social.

Sendo o Serviço Social uma profissão inscrita no contexto sócio-técnico do trabalho na ordem capitalista, destaca-se pelo seu caráter interventivo e, nessa perspectiva, vem construindo o trabalho pautado em procedimentos de natureza instrumental, os quais são extremamente necessários para apreender o conhecimento da realidade cujo seu objetivo principal é intervir para assim poder alterá-la tendo como base o projeto ético-político da profissão.

Partindo desse pressuposto, podemos inferir que desde a trajetória da assistência social, os serviços sociais ofertados tem se tornado matéria de intervenção do serviço social.

Na ADOTE o setor de serviço social é a “porta de entrada” da instituição, pois, é através dele que se estabelece o primeiro contato com o usuário, sua família e a comunidade.

Ele existe desde a fundação da ADOTE. Já passaram por esse setor quatro assistentes sociais e quatro voluntárias. Atualmente é composto por duas assistentes sociais.

A atuação do assistente social no âmbito institucional é de suma relevância para a afirmação do seu exercício profissional. Conforme Nicolau (2004, p. 85)

No seu fazer profissional, o assistente social tem por objetivo elaborar sínteses complexas que articulam condições de possibilidade pessoal, grupal, relacional e institucional e a formação específica recebida. Na experiência concreta do trabalho o indivíduo vai obtendo informações e experimentando normas, regras e valores que definem o espaço de sua atuação. Nesse espaço precisará negociar tanto seu lugar quanto a aceitação de si e de sua competência.

O trabalho profissional das assistentes sociais na ADOTE é desenvolvido através de recursos materiais, financeiros e humanos, seu fazer profissional é pautado na viabilização de acesso aos serviços disponibilizados pela instituição. O usuário ao ser encaminhado para a associação passa pelo setor de Serviço Social onde é realizada a entrevista social chamada de Anamnese Social, documento sigiloso e de suma importância para os (as) assistentes sociais. Vale destacar que por se tratar de um documento sigiloso, esta fica arquivada no próprio setor de Serviço Social, no qual só terão acesso, às informações contidas nesse documento, as assistentes sociais. Esse tipo de procedimento está norteado pelo Código de Ética da Profissão, conforme o Art. 16º do capítulo V, que trata do sigilo profissional: “O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (BRASIL, 2012, p.35).

Depois de realizada a anamnese social é feita a abertura de prontuário onde ficam contidas as informações do usuário como dados pessoais, observações e o acompanhamento dos tratamentos pelos demais profissionais. Logo após, todas as informações contidas no prontuário são colocadas no sistema de cadastro de usuários da ADOTE. É importante ressaltar que o prontuário fica arquivado na recepção da instituição para posterior consulta e acompanhamento pelos (as) assistentes sociais e os demais profissionais. É relevante destacar, também, que esses prontuários servem para manter o controle dos atendimentos na instituição.

Além das entrevistas realizadas com os usuários que chegam à instituição, as assistentes sociais também realizam outras atividades como:

Atendimentos individuais/grupo; Encaminhamentos internos/externos; Estudo de casos; Informação, orientação e acompanhamentos dos casos que demandam ao setor; Apresentação da instituição aos visitantes e operadores

do telemarketing; Articulação com profissionais, técnicos e funcionários da ADOTE, bem como, de outras instituições com entidades governamentais e não governamentais, Ministério Público e Entidades Municipais e Estaduais; Acompanhamento e frequência dos atendimentos dos profissionais da área de saúde; Acompanhamento do Programa PPD e SUS; Acompanhamento e supervisão de estágios; Monitoramento de projetos e programas sociais, reuniões com outros profissionais, usuários, acompanhantes e familiares; Assessoria administrativa; Apoio na elaboração documental e responsável pela distribuição de formulários (desligamentos, frequência, fichas de evolução, horário, encaminhamentos, procedimentos diários do SUS e demais) para os setores; Entrega de declarações para os mais diversos fins (STTU, INSS, Prae, Programa do Leite, Conselho Tutelar, Promotoria da Criança e do Deficiente e outros); Acompanhamento para redimensionar o Transporte dos usuários da instituição; Realização de Visitas Domiciliares; Controle dos atendimentos dos profissionais que trabalham na ADOTE (horários, frequências e vagas); e Referência de informações para os demais setores. (Esmeralda)

A partir do que foi respondido podemos constatar que as assistentes sociais possuem uma carga de trabalho muito intensa, a qual ocasiona a não disponibilidade de tempo para a capacitação ou aprimoramento intelectual, a participação e organização política e o acompanhamento dos assuntos relacionados à profissão. A não ser eventos relacionados ao público alvo trabalhado na instituição.

No âmbito institucional, torna-se imprescindível fortalecer a resistência ao mero produtivismo quantitativo, medido pelo número de reuniões, de visitas domiciliares, de atendimentos, sem ter clareza do sentido e da direção social ético-política do trabalho coletivo.

Dentre as dimensões que estão presentes no exercício profissional do (a) assistente social, a dimensão intelectual é uma das que nos permite “reconhecer os princípios, os fundamentos da ordem burguesa, e as suas necessidades sociais, as quais, por meio de um conjunto de mediações, convertem-se em requisições à prática profissional” (GUERRA, 2005, p.10). O exercício profissional é mais que um simples manuseio de técnicas e instrumentos, pois, segundo Guerra (2011), a instrumentalidade da profissão de Serviço Social constitui-se na capacidade, propriedades e particularidades historicamente construídas pela profissão para alcançar os objetivos/finalidades propostos.

Por isso, há a necessidade latente de capacitação continuada na profissão de serviço social, o que contribui para uma direção social coerente com o projeto ético-político da profissão.

Ainda sobre as atividades desempenhadas pelas assistentes sociais na ADOTE, perguntamos: das atividades elencadas por vocês, quais vocês consideram como atribuições privativas e quais vocês consideram como competências profissionais? As respostas foram:

Competências – visita domiciliar, relatórios, reuniões de pais, estudo de caso; Atribuições – anamnese social, parecer social, alguns encaminhamentos externos para a concessão de benefícios do INSS. Procuramos desempenhar o nosso trabalho de acordo com as legislações, parâmetros e resoluções que pautam a nossa profissão. (Rubi).

Competências - Acompanhamento do transporte; Acompanhamento para redimensionar o transporte dos usuários da instituição; Realização de Visitas Domiciliares; Atribuições - acompanhamento do Programa Proteção Social Especial de Média Complexidade e o SUS; Acompanhamento e supervisão de estágios. Orientamos o usuário sobre possibilidades de socialização, integração e promoção social e sobre direitos e deveres do mesmo. (Esmeralda).

Ante as respostas, podemos dizer que essas assistentes sociais conhecem o Art. 4º que dispõe sobre as competências do assistente social e o Art. 5º que dispõe sobre as atribuições privativas do assistente social. Diante disso, é relevante destacar que o conhecimento das atribuições privativas e competências profissionais previstas na Lei nº 8.662 de Regulamentação da Profissão favorece a visibilidade do exercício profissional. Sendo assim, o conhecimento da legislação pode ser um aliado para os assistentes sociais, no momento da análise das situações apresentadas pelos usuários, pelas organizações e, também, na identificação de demandas de atendimento e de investigação.

São essas competências que permitem ao/a profissional realizar a análise crítica da realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e atribuições específicas necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano (CFESS, 2011, p. 19)

E em se tratando de atribuições privativas, um outro ponto a ser discutido refere-se à percepção dos (as) profissionais quanto à questão do que é privativo e do que é específico no exercício profissional do assistente social. Segundo Torres (2007, p. 54):

Entendo que específico e privativo redundam na mesma direção: é o conjunto de atividades que torna o exercício profissional peculiar, que particulariza o Serviço Social no conjunto das ciências, que é próprio do

fazer do assistente social. O assistente social é o profissional que tem habilidades e saberes que lhe garantem a execução das atividades privativas.

Quanto à especificidade significa também pensar o que esta profissão realiza que a diferencia das demais que atuam na área das ciências humanas e sociais, além de remeter também a cogitar a sua contribuição para as demais ciências. É preciso reconhecer também que as atribuições privativas não são imutáveis mas decorrem do contexto sócio-histórico do qual o Serviço Social é parte fundante. Assim é possível dizer que “determinados contextos societários, confirmam a necessidade ou utilidade social dessa especialização do trabalho” (IAMAMOTO, 2002, p. 18).

Para compreender a questão das atribuições privativas é preciso reconhecer que a leitura da realidade social por parte dos profissionais é fundamental. A construção das mediações entre o contexto sócio-histórico e as questões que particularizam as ações profissionais possibilitam ao profissional a qualificação do seu exercício profissional. Segundo Torres (2007, p. 55)

Esta qualificação se exemplifica através do reconhecimento das demandas de trabalho que advém: do próprio espaço sócio-organizacional que contrata a mão de obra do profissional; as demandas apresentadas pelo usuário e a análise decorrente destas; as demandas reconhecidas pelos profissionais – consequência da leitura da relação usuário – serviços prestados na organização – políticas sociais; demandas identificadas através da leitura sócio-histórica, quando é possível reconhecer os múltiplos determinantes presentes na realidade social.

Com relação às demandas que chegam à instituição as assistentes sociais responderam:

Encaminhamentos das pessoas com ou sem deficiência para os serviços de saúde, BPC, PPD, reabilitação, educação, esporte, orientações relativas ao direito da gratuidade nos ônibus e todas as questões relacionadas aos direitos da pessoa com deficiência (RUBI).

Crianças, adolescentes, adultos, idosos, familiares e a comunidades, sejam eles pessoas com deficiência ou não. Algumas dessas demandas identificamos, conflitos familiares, preconceito, abuso sexual, desemprego... etc. (Esmeralda).

Por a ADOTE ser uma instituição filantrópica, assim como as demais instituições do terceiro setor, tem dificuldades quanto à falta de recursos, pois um dos grandes desafios

encontrados pela entidade é a limitação de vagas disponíveis na instituição frente à demanda de pessoas a serem atendidas, uma vez que a mesma é bem maior que o número de vagas disponíveis na instituição.

Com relação à superioridade da demanda na instituição em relação à oferta, Montañó (1999, p.65) chama a atenção para o fato de:

Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal (precária e focalizada) e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da sociedade civil a iniciativa de assisti-la.

Dessa forma, as ONGs, no caso a ADOTE, terminam se deparando com um grande percentual da população excluída de serviços assistenciais. Dada a insuficiência de recursos para atender uma considerável demanda, uma boa parte de pessoas com deficiências, que necessitam de atendimento, ficam à margem do processo. Isso explica o fato da existência de uma lista de espera. Mas, as assistentes sociais não desistem de atender essa parcela dos usuários que ficam na espera:

O aumento da demanda cresce a cada dia em busca dos serviços especializados. As instituições congêneres a nível de Estado estão se negando atender as pessoas com deficiências acima de 18 anos. Então fica um questionamento! Quem vai atender essa demanda? Para onde encaminhar? (Esmeralda)

A gente organiza com os demais profissionais um mutirão de triagem, senta, discute, analisa quais as prioridades para que possam está inserindo os usuários nas vagas que vão surgindo. Propomos aos profissionais a criação de grupos de atendimentos, para que os profissionais de diversas áreas possam está trabalhando com grupos de usuários que tenham necessidades semelhantes ou parecidas que possam está sendo inserido nesses grupos. São estratégias que a gente utiliza para amenizar a situação dos usuários que estão na lista de espera. (Rubi)

Na fala de uma das entrevistadas fica nítido que há uma particularidade ao atender as demandas, principalmente, na interpretação das situações e na competência diferenciada, no encaminhamento aos serviços prestados pela instituição. As assistentes sociais entendem que os caminhos para a construção de respostas profissionais são indicados pelo projeto ético-político, pelos usuários e pela realidade social. Segundo Yazbek (2001, p.45-46):

O que constatamos é uma imensa fratura entre direitos e possibilidades efetivas de acesso à Assistência Social. Ao contrário, carências se acumulam e se sobrepõem de modo crescente, desafiando possíveis soluções e deixando de lado grandes segmentos populacionais desprovidos de qualquer sistema público de proteção social.

A realidade supracitada, pelas assistentes sociais, corresponde às condições deixadas pela retração do Estado, no que diz respeito ao social, a responsabilidade de dar respostas as expressões da questão social recai sobre as ONGs, que desempenham um papel que é dever do Estado.

As políticas sociais são à base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, caracterizando sua funcionalidade e sua legitimidade. Mas, as alterações ocorridas no atual contexto socioeconômico e político, afetam a profissão, sofrendo transformações na demanda, no campo de atuação, na intervenção e no vínculo empregatício (MONTAÑO, 2007).

Além disso, as ONGs inseridas na conjuntura do capitalismo contemporâneo dependem de recursos dos financiadores. As limitações de recursos impossibilitam as instituições, assim como a ADOTE, de estarem prestando serviços aos usuários que lhes demandam. Pois, a estrutura física da ADOTE não comporta o volume de demanda que lhes chegam, tendo em vista, que a estrutura física já passou por ampliação para melhor atender os seus usuários.

Um dos pontos que objetivam as condições de trabalho do (a) assistente social é o espaço físico onde é realizado seu trabalho. As assistentes sociais da ADOTE disponibilizam de uma sala ampla com ar condicionado, iluminação adequada, computadores, impressora, arquivo, internet e telefone, o que proporciona um ambiente adequado para as assistentes sociais exercerem o seu trabalho, pois de acordo com o Código de Ética profissional para ser desempenhado um bom trabalho, o ambiente também tem que está de acordo.

Um outro ponto é a questão do tipo de contrato de trabalho a qual o profissional está submetido, ou seja, o vínculo empregatício com a instituição contratante.

Nós temos carteira assinada, portanto, temos acesso a todos direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas. O nosso contrato é renovado a cada ano. (Rubi).

Diante dessa fala podemos constatar, que embora as profissionais tenham carteira assinada e que o contrato seja renovado todo ano isso, não garante estabilidade no trabalho

pois, o que se ver é uma situação de instabilidade e incerteza que envolve o exercício profissional nestas organizações, o que é compatível com o contexto do mundo do trabalho na atualidade. Pois, as transformações no mundo do trabalho estimulam as precarizações nas relações contratuais e empregatícias com terceirizações e subcontratações, além do trabalho voluntário em função das necessidades do capital.

Ainda sobre as condições de trabalho destacamos a carga horária de trabalho atribuída as assistentes sociais que trabalham na ADOTE.

A nossa carga horária de trabalho inicialmente era de quarenta horas semanais. Com a consolidação da lei das trinta horas para os assistentes sociais a Adote acatou essa lei e hoje, graças a esta conquista, nós temos uma carga horária de trabalho de trinta horas semanais.(Esmeralda).

Podemos ver como algo positivo para o exercício profissional das assistentes sociais o respeito que a presidência da ADOTE teve com relação à Lei nº12.317, de 2010 (a Lei das Trinta Horas) incorporada a Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Pois, sabemos como é desgastante e elevada a carga de trabalho nos espaços sócio ocupacionais dos (as) assistentes sociais.

Em relação à questão da relação com os usuários, as entrevistadas responderam:

Orientando sobre possibilidades de socialização, integração e promoção social da pessoa com deficiência; Na educação, apresentando/informando sobre oferta obrigatória no atendimento educacional de ensino próximo de sua residência; Na saúde destacamos que o Estado deve garantir acesso nos estabelecimentos especializados em habilitação e reabilitação. Benefício – Benefício da Prestação Continuada para pessoas com deficiências incapacitadas para o trabalho. (Esmeralda).

Buscamos alternativas e meios para que o usuário possa está sendo inserido nos serviços disponibilizados pela instituição. Meu maior prazer é ver um usuário sair do atendimento social mais esclarecido de seus direitos e tê-los assegurados, bem como, satisfeito com o bom atendimento, se sentindo valorizado mesmo que o mundo os exclua. As lutas são grandes, as dificuldades maiores ainda, todavia nada poderá comprar a sua sabedoria e satisfação. (Rubi).

É imprescindível que a relação do (a) assistente social com o usuário, no seu espaço de trabalho, deve ser estabelecida com respeito, ética, valorização e transparência, que vai além de uma atitude ou postura subjetiva do profissional, é dever do profissional exercê-la nesses

princípios, como preconiza o Código de Ética da profissão, tendo em vista que os usuários são sujeitos de direitos.

A partir das falas das assistentes sociais entrevistadas podemos constatar que suas relações com os usuários esta de acordo com o que preconiza o Capítulo 3º do Código de Ética profissional do assistente social. Portanto, agir profissionalmente de forma ética é uma postura a ser tomada incondicionalmente e o trabalho dos (as) assistentes sociais deve ser pautado nos princípios estabelecidos pelo Código de Ética, que no trato das relações com os usuários dos serviços sócioassistenciais deverá:

Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população nas decisões institucionais, garantindo a estes, a plena informação e discussões sobre as possibilidades e consequências das situações demandadas, no respeito democrático de suas decisões mesmo que estas possam ser contrárias aos valores e crenças do assistente social. [...] além de contribuir para a criação de mecanismos que venham a permitir a desburocratização da relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (BRASIL, 2012, p.29).

As assistentes sociais que trabalham na ADOTE desenvolvem o seu trabalho junto com outros profissionais, que compõem o quadro de funcionários da associação, compartilhando informações e colaborando para estruturar o trabalho em equipe. No tocante a esse assunto perguntamos: O Serviço Social na ADOTE integra equipe multidisciplinar e/ou interdisciplinar? De que forma e em quais condições (possibilidades e entraves) acontece essa relação das assistentes sociais com os outros profissionais?

Atuamos em equipe interdisciplinar, pois existe e se efetiva o trabalho de troca de saber entre os diversos profissionais. Onde buscamos sempre informações do usuário para traçar o tratamento e evolução do mesmo. (Esmeralda).

Multidisciplinar. Procuramos sempre trabalhar em equipe, buscando interação com os demais profissionais. Não resolvemos nada sozinhos, tudo é discutido e decidido em equipe. As reuniões mensais de Estudo de Caso nos oportuniza momentos de aprendizado, reflexão coletiva, trocas de saberes e socialização de experiências. (Rubi).

Diante das respostas das entrevistadas podemos observar que há uma confusão quanto ao tipo de equipe profissional que elas fazem parte na instituição. Abaixo esclarecemos a diferença entre os conceitos de interdisciplinar, multidisciplinar e pluridisciplinar.

Interdisciplinar consiste na socialização de vários conhecimentos, onde através das trocas dos mesmos é sistematizada uma proposta em comum (MELO; ALMEIDA, 1999, s/n).

A Multidisciplinar é um conjunto de conhecimentos a serem trabalhados simultaneamente, sem fazer aparecer as relações que possam existir entre eles, destinando-se a um sistema de um só nível e de objetivos únicos, sem nenhuma articulação (MENEZES; SANTOS, 2002, s/n).

Pluridisciplinar consiste na justaposição de vários conhecimentos ou na integração de vários conhecimentos ao mesmo tempo, alcançando a conexão de métodos, teorias ou conhecimentos (MENEZES; SANTOS, 2002, s/n).

Independente do tipo de equipe a qual, as assistentes sociais entrevistadas, fazem parte o importante é o respeito e a solidariedade que existem entre os profissionais da ADOTE, como pude perceber no tempo em que estive na instituição na condição de estagiária.

É importante observar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas sim em coletividade junto com outros profissionais. De acordo com Iamamoto, (2004, p.64-65):

O assistente social não realiza o seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais.

As assistentes sociais que desenvolvem o seu trabalho na ADOTE, assim como em outras instituições, lidam no seu cotidiano de trabalho com outros profissionais como, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, pedagogos e dentre outros. As profissionais de serviço social estão a todo o momento em contato com os usuários e seus familiares e com os demais profissionais, estabelecendo assim, uma relação de respeito, ética, valorização e transparência.

Outro ponto relevante para a materialização das respostas profissionais refere-se ao conhecimento e a vivência no cotidiano institucional dos valores e princípios que norteiam o Projeto ético-político da profissão.

Segundo Assis (2004), a identificação dos profissionais enquanto categoria pauta-se, principalmente, pelo reconhecimento dos princípios que regem cada profissão. Esses

princípios articulam-se com o projeto que estabelece determinada concepção de profissão e de sociedade para nortear a prática de cada especialidade.

O Projeto ético-político profissional do Serviço Social não é apenas um instrumento normativo, é também um instrumento valorativo, que orienta os (as) profissionais. Assim, considerou-se importante neste estudo verificar, entre as assistentes sociais entrevistadas, como elas percebem, no seu cotidiano de trabalho, a materialização do Projeto ético-político da profissão.

As duas assistentes sociais demonstraram, nas suas falas, que conseguiram relacionar o exercício profissional a alguns princípios condizentes com os pressupostos que norteiam o Projeto ético-político da profissão. Dentre esses princípios foram citados: o não preconceito e a não discriminação de qualquer tipo, o respeito aos usuários e os profissionais, compromisso com a qualidade dos serviços prestados, participação em conselhos e qualificação profissional.

Conduta pautada na ética profissional e nas leis que regulamentam as relações sociais; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados; Aprimoramento/qualificação profissional; Participação em conselhos. (Esmeralda).

Procuramos pautar o nosso trabalho de acordo com o que preconiza o nosso Código de ética: o não preconceito e a não discriminação de qualquer tipo, o respeito aos usuários e aos demais profissionais que trabalham junto com a gente, promover o acesso aos direitos sociais e prestar serviço de qualidade, é acho que é isso. (Rubi)

De acordo com as análises identifica-se que as assistentes sociais tem uma vivência dos princípios e pressupostos norteadores do Projeto ético-político profissional do Serviço Social. Mesmo diante de algumas dificuldades encontradas em seu espaço de trabalho, as entrevistadas têm internalizado a proposta majoritária e contemporânea da profissão, caracterizando uma situação de avanço e conquista das assistentes sociais nesta instituição.

É fundamental que os (as) assistentes sociais conheçam e internalizem, no seu exercício profissional, o conjunto dos pressupostos ou princípios ético-políticos que balizam o Serviço Social, para que possam fortalecer a organização da categoria, consolidar alternativas de enfrentamento dos desafios da contemporaneidade e imprimir uma direção social coerente com perspectivas reais de mudanças na sociedade atual. Vale considerar, entretanto, que a internalização e a realização coletiva de valores e objetivos do projeto profissional do Serviço

Social, nas suas dimensões política, ética e ideológica, efetiva-se no real, a partir de um conjunto de possibilidades como:

[...] a qualidade da formação profissional, o nível de consciência política e de organização da categoria, o compromisso dos profissionais enquanto cidadãos e as condições objetivas e subjetivas que determinam o desempenho profissional (PAIVA apud RAMOS, 2002, p.93).

Por isso, a atualização teórica, metodológica, ética e política do assistente social é essencial para ampliar a compreensão dos desafios e das possibilidades profissionais, bem como para nortear o seu trabalho nas instituições, proporcionando-lhes condições de efetuar mediações, trilhar o caminho aparência/essência e intervir com qualidade e competência. No subitem a seguir analisaremos os desafios e as possibilidades do exercício profissional das Assistentes Sociais na Adote.

4.4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA ADOTE

Refletir sobre o exercício profissional dos (as) assistentes sociais em Organizações Não Governamentais implica necessariamente adentrar no debate sobre desafios e possibilidades dessa atuação.

As profundas transformações sócio-históricas ocorridas em nossa sociedade, nos últimos anos, a partir do contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, afetaram e afetam significativamente o mundo do trabalho e, conseqüentemente, o trabalho dos (as) assistentes sociais nos diferentes espaços institucionais em que se realizam.

As transformações no mundo do trabalho vem acompanhadas de mudanças na esfera do Estado, caracterizadas pelas “políticas de ajuste”, que reduzem o financiamento dos serviços públicos, através do enxugamento dos gastos governamentais, segundo parâmetros neoliberais (IAMAMOTO, 2004). O mercado profissional de trabalho sofre impactos gerados pelas transformações operadas nas esferas produtiva e estatal, alterando as relações entre Estado e Sociedade.

Após, a reconfiguração do Estado, o trato da questão social passa a ser de responsabilidade da sociedade. Ou seja, transfere-se a responsabilidade no tratamento da questão social para o terceiro setor, no caso as ONGs. Diante disso, as mudanças sócio-históricas advindas da contra reforma do Estado brasileiro vão apresentar novas demandas e demandar novos espaços sócio-ocupacionais para os (as) assistentes sociais, dentre eles, as ONGs.

É sabido que o trabalho, ou melhor, a intervenção realizada no campo das ONGs é no cerne dos conflitos e das contradições que fundamentam as relações de classes, capital e trabalho, relações estas que engendram a desigualdade social inerente à sociedade capitalista. Portanto, pode-se inferir que o espaço sócio-ocupacional das ONGs é perpassado por contradições que determinam as condições objetivas do exercício profissional do (a) assistente social, proporcionando-lhe um cotidiano marcado por desafios e possibilidades. As ONGs, como sabemos, são espaços sócio-ocupacionais inseridos na conjuntura de transformações sócio-históricas e, por isso, demarcam exigências, desafios e possibilidades articulados ao tempo presente. Assim, considerou-se importante neste estudo verificar, entre as assistentes sociais entrevistadas, quais desafios você consegue identificar no seu cotidiano de trabalho?

O maior desafio, sem dúvida, é suprir, atender toda a demanda que chega ao setor. (Rubi).

O maior desafio que as Assistentes Sociais tem enfrentado para o desenvolvimento da política de assistência no âmbito institucional, sem dúvida, e a falta de recursos para suprir as necessidades da demanda. (Esmeralda).

As duas assistentes sociais foram unânimes em dizer que o maior desafio enfrentado por elas, no âmbito institucional, é atender a grande demanda que chegam à instituição e a insuficiência de recursos. Segundo Torres (2007, p.66):

[...] É imperativo dizer que o redimensionamento do mundo do trabalho incide sobre os espaços sócio-ocupacionais que contratam o assistente social. Além disso, ou por conta dessa reestruturação, os profissionais são conclamados a construir estratégias e respostas profissionais referenciadas neste tempo que se diz novo mas, tem cara de renovado porque a base é a mesma: a desigualdade social, a desqualificação e a naturalização do empobrecimento.

Historicamente, o assistente social tem sido um profissional que implementa as políticas sociais, principalmente as políticas públicas, atuando na relação direta com a população usuária. Portanto, o Serviço Social vivencia o movimento da realidade, nas várias expressões da questão social. “O grande desafio na atualidade é transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo uma maior atenção às estratégias e técnicas do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2004, p. 52). Ou seja, articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois o Serviço Social não devem atuar apenas sobre a realidade, mas na realidade (ABEPSS/CFESS apud IAMAMOTO, 2004, p. 55).

Ainda sobre os desafios postos ao exercício profissional na atualidade, no âmbito das ONGs, existe, ainda, um grande desafio para os (as) assistentes sociais: a consolidação do projeto ético-político da profissão como um guia executável e efetivo para o exercício profissional, o que exige um esforço de integrar o dever ser com sua implementação prática, sob o risco de se deslizar para uma proposta ideal, abstraída da realidade histórica (IAMAMOTO, 2009).

Muitos são os desafios encontrados pelos (as) assistentes sociais nos diversos espaços ocupacionais. Na condição de trabalhador assalariado, o (a) assistente social não detém todos os meios para a efetivação de seu trabalho, dependendo de recursos previstos nos programas e

projetos da instituição a qual trabalha o que influencia na sua ação. A instituição não é apenas um condicionante a mais do trabalho do assistente social, mas também organiza o processo de trabalho, a qual está inserido (IAMAMOTO, 2004). Por isso, o exercício profissional exige um profissional informado, competente para propor e negociar com as instituições os projetos que defende seu campo de trabalho, suas qualidades e funções profissionais. Indo além das rotinas institucionais e buscando apreender o movimento da realidade (IAMAMOTO, 1999).

Como vimos nas falas das entrevistadas à pressão da demanda dos usuários de Serviço Social vem crescendo junto com o aumento da pauperização da população. No que se reforça a limitação de recursos das ONGs, no caso a ADOTE.

E por causa da crescente restrição dos atendimentos, o assistente social vê-se compelido a exercer a função de “fiscal da pobreza”. Tendo que focalizar cada vez mais nos usuários que terão acesso aos direitos sociais. Isso fica claro na fala a seguir:

Enquanto profissional você faz tudo o que tiver a seu alcance, você vai até onde você pode ir. Mas, há uma frustração muito grande, quando você tem que avaliar dentre os usuários aqueles de que mais necessita dos serviços. (Rubi).

O aumento da demanda cresce a cada dia em busca dos serviços especializados. As instituições congêneres a nível de Estado estão se negando atender as pessoas com deficiências acima de 18 anos. Então fica um questionamento! Quem vai atender essa demanda? Para onde encaminhar? (Esmeralda).

Essa realidade de precariedade dos serviços públicos não pode levar ao imobilismo, a descrença, a desilusão profissional, havendo a necessidade de supera-las e unir forças, como profissionais e cidadãos, na luta pela defesa dos direitos sociais dos usuários.

Diante dessa conjuntura, faz-se necessário um profissional de Serviço Social atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de reformular, reavaliar e recriar propostas em nível de políticas sociais. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais.

Sobre as possibilidades de atuação dos (as) assistentes sociais diante dos desafios colocados a profissão, perguntamos as assistentes sociais da ADOTE, quais possibilidades você consegue identificar no seu cotidiano de trabalho?

Como possibilidade buscamos sempre por alternativas e estratégias para que o usuário possa está tendo acesso aos serviços disponibilizados pela ADOTE. (Rubi).

Atender/acolher com escuta essa família que chega repleta de frustração em busca de profissionais que ouçam suas angustias e contemplem suas necessidades. (Esmeralda).

Podemos perceber, pelas falas das entrevistadas, que mesmo diante das dificuldades, dos desafios postos no seu campo de trabalho elas não desistem de está realizando o seu trabalho junto aos usuários que demandam na instituição pois, elas sabem que a bagagem teórico-metodológica (conhecimento) que o (a) assistente social possui é o seu principal instrumento de trabalho, é ela que permite que façamos uma interpretação da realidade e, assim, possamos construir nossas estratégias junto aos usuários.

Ademais, a inserção do (a) assistente social no espaço sócio-ocupacional da Organização Não Governamental estudada é marcada por contradições, desafios e possibilidades, estes últimos relacionados à grande demanda da instituição e a limitação de recursos bem como as estratégias profissionais em respostas as necessidades sociais dos usuários pautada por valores e princípios que norteiam as diretrizes centrais do Código de Ética da profissão e sintonizadas com o Projeto ético-político profissional.

Netto (2006, p. 58) afirma que “o desafio profissional central com que os (as) assistentes sociais se defrontam é a própria ordem social contemporânea”. Por isso, faz imprescindível problematizar e analisar o cotidiano do exercício profissional nas ONGs com a totalidade da realidade social, para assim superar desafios e criar possibilidades concretas de intervenção, em conformidade com os princípios e valores do projeto ético-político da profissão.

É um imenso desafio para a profissão de Serviço Social na contemporaneidade desvendar as exigências e as possibilidades institucionais, atravessados pelas requisições e necessidades do capital em tempo de crise e reestruturação, para além das aparências, particularmente nas ONGs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido neste estudo não encerra as reflexões e os debates sobre o exercício profissional do (a) assistente social no âmbito das ONGs. Isto porque se considera que a realidade é uma totalidade sempre mais rica do que todas as determinações que se possam reconstruir, ou melhor, abstrair, sendo possível conhecê-la somente por aproximações sucessivas. Por isso, concluir esta monografia não significa finalizar análises e reflexões sobre o objeto de estudo.

O fio condutor do estudo foram às novas configurações da relação entre o Estado e a sociedade, tecidas pelo contexto sócio-histórico de reordenamento do sistema de produção e reprodução do capital no mundo contemporâneo, na busca incessante da superação da sua crise estrutural pós-1970. O movimento de reestruturação do capitalismo reconfigura a vida societária em nível planetário, determinando a economia, a política e o social, ou seja, todas as dimensões das relações sociais, em países de capitalismo central e periférico, particularmente no Brasil.

Os representantes do capital recorrem a várias estratégias, em prol da retomada das taxas de lucro e da manutenção da hegemonia. Neste estudo, incidindo diretamente sobre o objeto de estudo, foram considerados como eixos nucleares deste processo: a reestruturação produtiva, alterações no mundo do trabalho e a contra reforma do Estado, esta última com novos padrões de regulação voltados para o mercado, os quais desconsideram os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. Os objetivos centrais deste processo de reestruturação são o aumento da produtividade e a tentativa de neutralizar a classe dos trabalhadores na luta por um projeto de sociedade radicalmente distinto do capitalismo.

Como um dos elementos que contribuem para o envolvimento ou, nas palavras de Mota (2000), para “a adesão e o consentimento” da classe trabalhadora a esta dinâmica societária está à ideologia da “cultura da crise”, encobrindo a real crise estrutural do capital. Essa cultura justifica, na aparência, as alterações no campo das respostas as sequelas da questão social, com isenção do Estado e repasse das responsabilidades com o social para o âmbito privado: a passagem das “lógicas do Estado” as “lógicas da sociedade civil” (MONTAÑO, 1999), sendo expressões deste movimento a remercantilização e a refilantropização dos serviços sociais.

Com o advento do neoliberalismo se estabelece novas formas de lidar com a questão social, ocasionando uma série de alterações no padrão de resposta social as manifestações da

questão social: a precarização e a privatização das políticas sociais. O significado, o sentido, a funcionalidade das políticas sociais são outras a partir da fase monopolista do capitalismo.

As políticas sociais, no contexto neoliberal, são percebidas assim, como a focalização no indivíduo e não mais nos direitos. Podemos perceber que há uma refilantropização das políticas sociais, mais precisamente com a política de Assistência Social (não lucrativa para o capital), é a refilantropização a partir da transferência de responsabilidade do Estado com as expressões da questão social para as organizações do chamado terceiro setor.

Os alicerces ideológicos que garantem as alterações necessárias ao capital são a retórica da participação da sociedade civil e sua transformação em terceiro setor, assim como a falácia do enxugamento dos recursos do Estado. Esses elementos consolidam as modificações, a favor do capital, na relação Estado e sociedade e promovem a expansão do terceiro setor e a mudança na função social das ONGs, bem como redefinem desafios e possibilidades para as profissões que atuam no campo das expressões imediatas da questão social, como é o caso do Serviço Social.

A propagação e a ilusão da concepção de sociedade civil homogênea, livre de conflitos e de interesses, com entidades eficientes e participativas em oposição à esfera estatal, considerada burocrática e ineficiente, “ignora o Estado, o mercado e a produção como arenas das mesmas lutas sociais que se processam na sociedade civil” (MONTAÑO, 2007, p. 264). E, assim, incorre no erro histórico de considerar a sociedade civil e o terceiro setor como faces da mesma moeda.

Considera-se que o terceiro setor, a partir da tendência crítica e de totalidade, nem mesmo pode ser entendido como setor, mas sim como um determinado padrão de resposta privada às manifestações da questão social, útil e funcional à dinâmica de reestruturação do capital.

Nesta linha de análise, as ONGs (seus integrantes conscientes ou não), inseridas nos cenários de transformações sócio-históricas, constituem e reforçam parcerias e atuam diretamente no social, somando esforços junto às respostas privadas, fragmentadas e pontuais às manifestações contemporâneas da questão social. Não se trata, porém, de responsabilizar os profissionais que atuam nessas organizações, mas analisar as determinações sócio-históricas que perpassam e conformam as ações desenvolvidas nas Organizações Não Governamentais.

A partir das reflexões de Abreu (2002) sobre a cultura da participação, na ótica dos interesses do capital, pode-se inferir que ao mesmo tempo em que as ONGs, muitas vezes, contribuem com respostas interessantes, sérias e compromissadas com os interesses dos seus usuários tendem a reforçar:

[...] o sistema de estratégias participacionistas vinculadas à política privatista do Estado neoliberal, a qual negando as conquistas sociais, implementa a redução dos gastos públicos para o atendimento das necessidades das classes subalternas [...] (Ibidem, p.203).

A defesa e a propagação dessas organizações vêm sendo envoltas pelo discurso da garantia de direitos, da cidadania e da democracia, nos limites da sociabilidade do capital, obscurecendo suas condições objetivas de funcionamento e gestão. Há particularidades expressivas nas condições de sobrevivência institucional das ONGs que devem ser consideradas. Uma das particularidades é a forma de viabilização concreta das ações e da estrutura organizacional, a partir de projetos financiados, através de convênios e parcerias com o Estado e as empresas internacionais.

É no emaranhado de relações e mediações sócio-históricas e de particularidades que perpassam as ONGs que se materializa o exercício profissional dos assistentes sociais nestas organizações. Profissão sócio-historicamente construída e legitimada para responder as demandas originárias do enfrentamento da questão social, o (a) profissional de Serviço Social objetiva sua atuação no cerne da desigualdade resultante da luta de classes. Por isso, este profissional não está imune às alterações da dinâmica societária.

Na atualidade, a atuação do (as) assistente social encontra-se inserida em um contexto de reestruturação que mais impede do que facilita a análise das contradições. Por outro, lado compreende-se que o diferencial que possibilita realizar a crítica está presente, dentre outros aspectos, nas dimensões política e teórica, especialmente na reflexão do profissional e na sua apreensão dos fenômenos sociais para além das aparências. Pode-se inferir que o conjunto de transformações contemporâneas incide sobre as dimensões (teórico-metodológica e ético-político) da profissão e promove redefinições na sua intervenção.

Dentro desse contexto das ONGs está inserida a Associação de Orientação aos Deficientes – ADOTE que tem seu trabalho voltado para a valorização da pessoa com deficiência e com distúrbios de comportamentos e aprendizagem, promovendo a assistência integral através de atendimentos nas áreas de saúde, educação, reabilitação, esporte, cultura, lazer e trabalho.

De acordo com as análises efetuadas, os usuários que são atendidos na associação em sua maioria, são de famílias de baixa renda, com baixo nível de escolaridade, geralmente residem nos bairros próximos à instituição, bem como vindos do interior do Estado. Durante a

realização do estágio curricular obrigatório (2013) na instituição pode-se perceber que há uma predominância, nos atendimentos, de crianças e adolescentes do sexo feminino.

Sobre a inserção das profissionais de Serviço Social na ADOTE pode-se perceber, a partir das análises, que suas atuações são pautadas por desafios e possibilidades, especialmente quanto às demandas, limitação de recursos e estratégias.

Com relação às atividades pode-se constatar que as assistentes sociais possuem uma carga de trabalho muito intensa, a qual ocasiona a não disponibilidade de tempo para a capacitação ou aprimoramento intelectual, a participação e organização política e o acompanhamento dos assuntos relacionados à profissão. A não ser eventos relacionados ao público alvo trabalhado na instituição.

Ainda sobre as atividades desempenhadas pelas assistentes sociais na ADOTE, foi perguntado: das atividades elencadas por elas, quais elas consideram como atribuições privativas e quais elas consideram como competências profissionais? O resultado foi que as assistentes sociais entrevistadas conhecem o Art. 4º que dispõe sobre as competências do assistente social e o Art. 5º que dispõe sobre as atribuições privativas do assistente social. Diante disso, é relevante destacar que o conhecimento das atribuições privativas e competências profissionais previstas na Lei nº 8.662 de Regulamentação da Profissão favorece a visibilidade do exercício profissional e que o conhecimento da legislação pode ser um aliado para os assistentes sociais, no momento da análise das situações apresentadas pelos usuários, pelas organizações e, também, na identificação de demandas de atendimento e de investigação.

Quanto às demandas institucionais foi constatado que há um grande volume de demanda, fazendo com que as assistentes sociais, muitas das vezes, exerçam a função de “fiscal da pobreza”. Tendo que focalizar cada vez mais nos usuários que terão acesso aos direitos sociais.

No que diz respeito às condições de trabalho na ADOTE podemos inferir que as profissionais de Serviço Social disponibilizam de um local de trabalho relativamente adequado ao desenvolvimento do seu trabalho. Quanto à questão do vínculo empregatício as duas assistentes sociais possuem carteira assinada e o contrato de trabalho é renovado todo ano, o que não garante a estabilidade do emprego. Um ponto positivo é a carga horária de trabalho das assistentes sociais que são de trinta horas semanais, a qual está de acordo com o que preconiza o Código de Ética da profissão de Serviço Social.

Sobre a relação das assistentes sociais com os usuários, podemos constatar, a partir das falas que a relação é pautada no respeito, na ética, na valorização e na transparência, o que vai

além de uma atitude ou postura subjetiva do profissional, é dever do profissional exercê-las nesses princípios, como preconiza o Código de Ética da profissão, tendo em vista que os usuários são sujeitos de direitos.

Quanto à relação com os demais profissionais houve uma confusão ao definir em qual tipo de equipe profissional as assistentes sociais faziam parte na instituição. Uma falou uma coisa à outra falou outra, ou seja, houve uma divergência na fala das profissionais. Mas, independente do tipo de equipe a qual, as assistentes sociais entrevistadas, fazem parte o importante é o respeito e a solidariedade que existem entre os profissionais da ADOTE, como pude perceber no tempo em que estive na associação na condição de estagiária.

Outro ponto relevante para a materialização das respostas profissionais refere-se ao conhecimento e a vivência no cotidiano institucional dos valores e princípios que norteiam o Projeto ético-político da profissão. No que diz respeito à materialização do projeto ético-político da profissão frente ao cotidiano profissional, as duas assistentes sociais demonstraram, nas suas falas, que mesmo diante de algumas dificuldades encontradas em seu espaço de trabalho conseguiam relacionar o exercício profissional a alguns princípios condizentes com os pressupostos que norteiam o Projeto ético-político da profissão. Dentre esses princípios foram citados: o não preconceito e a não discriminação de qualquer tipo, o respeito aos usuários e os profissionais, compromisso com a qualidade dos serviços prestados, participação em conselhos e qualificação profissional, caracterizando uma situação de avanço e conquista das assistentes sociais nesta instituição.

Em relação aos desafios identificados no cotidiano de trabalho, como foi evidenciado, estes se relacionam com a grande demanda que chega à instituição e a limitação de recursos. Isso, infelizmente, é a realidade de muitas Organizações Não Governamentais que, em sua maioria, dependem de recursos dos financiadores de projetos e programas. As limitações de recursos impossibilitam as instituições, assim como a ADOTE, de estarem prestando serviços aos usuários que lhes demandam.

Quanto às possibilidades identificadas no cotidiano de trabalho foi evidenciada que estas estão relacionadas às estratégias profissionais em respostas as necessidades sociais dos usuários. Diante dessa conjuntura, faz-se necessário um profissional de Serviço Social atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de reformular, reavaliar e recriar propostas em nível de políticas sociais. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais.

Ademais, a questão não é negar ou desqualificar as Organizações Não Governamentais e as significativas contribuições para os seus usuários, bem como contestar a competência e o

compromisso dos seus profissionais, mas sim analisar nas entrelinhas, desvelar os nexos e as relações, refletir sobre a funcionalidade deste espaço sócio ocupacional na conjuntura de reestruturação do capital. Acredita-se que um dos maiores desafios para os (as) assistentes sociais que concretizam o seu exercício profissional nas ONGs, é ultrapassar o imediatismo e a aparência que definem o cotidiano, bem como superar a necessidade de respostas imediatas as necessidades sociais.

Espera-se, com a realização desse estudo, ter contribuído com o debate sobre os desafios e as possibilidades do exercício profissional do (a) assistente social no âmbito de uma ONG, possibilitando elementos para novos estudos, questionamentos e aprofundamentos da temática que iluminem, não só o fazer nesta instituição, mas que possibilitem a crítica qualificada e articulada aos processos sociais da atualidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: SADER, GENTILI (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 4ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, p.15-25.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. **Terceiro Setor e Serviço Social: (des) construção do projeto ético-político profissional**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

BARROS, A. de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide A. de Souza. O projeto de pesquisa. In: **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, p. 18-46.

BARBOSA, Lia Pinheiro. **Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolíticação da questão social**. *Sociedade e Cultura* - Revista de pesquisas e debates em Ciências Sociais v. 9, n. 1 (2006) disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br>> Acesso em: 21 de dezembro de 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, GENTILI. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.63-137.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Projeto Ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº79, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**, Brasília, 1993. Disponível em: < www.mds.gov.br/assistenciasocial/lei-organica-da-assi... >. Acesso em: 14 de março de 2013.

_____. **Lei 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a Qualificação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 de mar. 1999.

_____. **Política Nacional de Assistência para a Integração da Pessoa com Deficiência**, Brasília, 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0914.htm >. Acesso em: 14 de março de 2014.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. **Uma nova concepção de proteção social às pessoas com deficiência**. Brasília: MPAS, 1997.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm> >. Acesso em: 14 de maio de 2014.

_____. **Código de Ética do/a assistente social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª Ed. rer. Atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2012.

_____. **Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência (PNIPD,1989)**. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm >. Acesso em: 30 de maio de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução do Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS**, Brasília, 2005. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em 17 de março de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **As atribuições privativas do (a) assistente social em questão**. Brasília, fev. 2002.

_____. (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, DF, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade impossível na ordem do capital**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. Textos didáticos, n. 29.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social nas organizações não governamentais: tendências e particularidades**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em:<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/7440/1/2007_Janaina%20LopesNascimentoDuarte.pdf>. Acesso em: 09 de fevereiro 2014.

ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO AOS DEFICIENTES – ADOTE. **Estatuto Social**. Natal/RN, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Desafios do serviço social na era da globalização. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 61, ano XX. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **O que é Política Social?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOHN, Maria da Glória. O Novo Associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 58, p. 9-23, 1998.

_____. **Os Sem-Terra, ONGS e Cidadania**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere**. Tradução de Noênio Spínola. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 3. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GUERRA, Yolanda. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Mimeografado

_____. **Instrumentalidade e Serviço Social**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social, p. 113-126. In: **Livro de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo1. Brasília, Ed: CEAD-UMB / ABEPSS / CFESS, 1999.

_____. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Brasília, DF, Ano 2, n. 3, p. 9-32, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Projeto profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do (a) Assistente Social na Atualidade. In: **Conselho Federal de Serviço Social – CFESS**. Atribuições privativas do (a) Assistente social em questão. Brasília, p. 13-50, 2002.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

LAMDIM, Leilah. **As ONGs são Terceiro Setor? In: ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 107-133.

LESSA, Sérgio. Beyond Capital: Estado e Capital. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 56, p. 135-151, 1998.

LIGUORI, Guido. “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade” . In. COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.175.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

MELO, Ana Inês. S. C.; ALMEIDA, Gláucia. E. S. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS; ABEPSS; CEAD – UnB, 1999. Módulo 04.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Multidisciplinaridade e Pluridisciplinaridade" (verbetes). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=94>>. Acesso em: 17 de março de 2014.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Das “lógicas do Estado” as “lógicas da sociedade civil”: Estado e Terceiro Setor. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 20, n. 59, março de 1999.

_____. **“Terceiro Setor” e “Questão Social” na Reestruturação do Capital: o canto da Sereia**. (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. *Temporalis*. Ano 2, nº 3. Brasília, DF, p.41-49, 2001.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 79, p. 5-26, 2004.

_____. **A ordem social contemporânea é o desafio central**. Santiago/Chile, 2006. Mimeografado. Palestra realizada na 33º Conferencia Mundial de Escolas de Serviço Social.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Serviço Social: formação e projeto político. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 24, n. 79, 2004.

_____. **O aprender do fazer: serviço social, trabalho profissional e representações sociais**. Natal: EDUFRN, 2005.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **A incontornabilidade ontológica do capital: um estudo sobre Beyond Capital de Mézáros**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Mimeografado.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 233 ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2014.

PITTA, Guilherme. **Definição de Prótese, órtese e materiais especiais – Câmera Técnica de Implantes – AMB**. Disponível em: <<http://guilhermepitta.com/?p=3624>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **CARDERNOS MARE da Reforma do Estado**. Brasília, DF: Ministério da Administração e Reforma do Estado. Vol.1, 1997, p.7-57.

PETRAS, J. Neoliberalismo: America Latina, Estados Unidos e Europa. n. 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann et. al. Blumenau: FURB, 1999. **Coleção Sociedade e Ambiente**.

REVISTA REABILITANDO E INCLUINDO PESSOAS. Ed. Comemorativa - Natal / RN, 2012.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional de Serviço Social. **Temporalis**. Brasília, DF, ano3, n. 5, p. 81-94, 2002.

SILVA, Kleylenda Linhares da. Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe. In: II CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO (CODE), 2011, Brasília. **ANAIS DO I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS**, Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/pdf/artigo12>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização)**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. **O Serviço Social entre a objetividade da relação-capital e a emergência das demandas sociais**. Maceió: UFAL, 2006. Mimeografado.

TONET, Ivo. **Do conceito de sociedade civil. In: TONET, Ivo. Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997, p.23-50.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. In: **Libertas: Revista do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora**, v. 1, n. 2, p.42-69, Jun. 2007. Disponível em: < <http://www.revistalibertas.ufjf.br/volume1n2.htm> >. acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Assistência social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio**. Cadernos Abong, n.30, p.39-54, 2001.

_____. **As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº77, p.11-29, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa “**Desafios e possibilidades do exercício profissional do Assistente Social no âmbito de uma ONG em Natal/RN**”, que tem como objetivo identificar e refletir sobre os desafios e as possibilidades postos ao exercício profissional do Assistente Social no âmbito de uma ONG. Será desenvolvido pela (o) acadêmica (o) Shirley Silva de Lima matrícula nº 2010033370 sob orientação da Prof^a Ms. Mônica Maria Calixto CRESS_____, docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Sua colaboração é fundamental para compor as informações da pesquisa, possibilitando aprender sobre o tema em questão que visa contribuir para o debate dos desafios postos aos profissionais de Serviço Social no âmbito do Terceiro Setor. Os dados da pesquisa estarão à disposição na universidade a término da pesquisa, prevista para junho de 2014.

Por intermédio deste termo são garantido-lhes os direitos de: retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo; solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa entrando em contato com a pesquisadora (Telefone Celular: (84)8873-2791) ou sua orientadora (Telefones: (84) 8734-5802); ser devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; sigilo absoluto sobre seus dados pessoais; a ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais a sua integridade física, moral e social.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a gravação de minha entrevista, que será transcrita, lida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abduo direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo”.

Natal (RN), ____ de _____ de 2014.

Participante: _____ Assinatura: _____

Município: _____

Pesquisadora

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DE UMA ONG EM NATAL/RN.

Este questionário foi construído a partir das orientações da pesquisa e tem por objetivo identificar e refletir sobre os desafios e as possibilidades postos ao exercício profissional do Assistente Social na Associação de Orientação aos Deficientes - ADOTE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DE UMA ONG EM NATAL/RN.

Questionário nº _____

Entrevistador (a): _____

Data: ___/___/___ Hora: _____

1. Quanto tempo trabalha na instituição? E qual o seu nível de formação?

2. Antes de trabalhar na Adote trabalhou em outras instituições? Se a resposta for positiva, quais foram?

3. Como se deu a sua inserção na ADOTE?

4. Pra você o que significa trabalhar em uma ONG?

5. Quais políticas sociais orientam as experiências de trabalho do Assistente Social na ADOTE?

6. Quais as principais demandas que chegam a ADOTE?

7. Quais as atividades desenvolvidas pelas Assistentes Sociais na instituição?

8. Das atividades citadas acima, quais você considera como atribuições privativas e quais você considera como competências do assistente social?

9. Quais desafios e possibilidades você consegue identificar no seu cotidiano de trabalho?

10. A quem você atribui esses desafios?

11. E que implicações isso traz ao trabalho do Serviço Social na ADOTE?

12. Que estratégias você traça para enfrentar os desafios postos ao exercício profissional na ADOTE?

13. Para você o que significa a palavra desafio? E o que significa a palavra possibilidade? Na sua opinião, o que essas duas palavras significam para o exercício profissional do Assistente Social na ADOTE?

14. O Serviço Social na ADOTE integra equipe multidisciplinar e/ou interdisciplinar? De que forma e em quais condições (possibilidades e entraves) acontece essa relação das assistentes sociais com os demais profissionais?

15. No seu exercício profissional, como você percebe as legislações, parâmetros e resoluções?

16. Em seu cotidiano profissional, como você percebe a materialização do Projeto ético-político da profissão?

Observações: